



**FEF - FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS -
FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS -**

DANIELA LOURENÇO DOS S MAGALHÃES

**POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS COM AS
FAMÍLIAS DO TERRITÓRIO DO CRAS NOVA ERA.**

FERNANDÓPOLIS – SP

2015

DANIELA LOURENÇO DOS S MAGALHÃES

**POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL E POLITICAS SOCIAIS COM AS
FAMÍLIAS DO TERRITÓRIO DO CRAS NOVA ERA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado às Faculdades Integradas de Fernandópolis, Fundação Educacional de Fernandópolis, como pré-requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Profª Ms. Fabíola Falcoski.

FERNANDÓPOLIS – SP

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins e pesquisa, desde que citada à fonte.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS
FACULDADES INTEGRADAS DE FERNANDÓPOLIS

Magalhães, Daniela Lourenço dos S

Pobreza e Desigualdade Social e Políticas Sociais com as Famílias do Território do CRAS “Nova Era”2015. Profª Orientadora Ms. Fabíola Regina Falcoski, Fernandópolis – SP, 2015.

(Monografia) (Conclusão de Curso – Graduação em Serviço Social. Área de Concentração: Assistência CRAS “Nova Era”– Faculdades Integradas de Fernandópolis.

1. Pobreza. 2. Desigualdade Social. 3. Políticas Sociais. 4. Família. 5. Território. 6. CRAS “ Nova Era”.

FOLHA DE APROVAÇÃO

DANIELA LOURENÇO DOS S MAGALHÃES

**POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS COM AS
FAMÍLIAS DO TERRITÓRIO DO CRAS “NOVA ERA”.**

Pobreza e Desigualdade, apresentada a FEF – Fundação Educacional de Fernandópolis, como requisito parcial para cocenação do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: ____/____/____

Examinadores

Profª Ms. Fabiola Regina Falcoski
(Orientadora)
Curso de Serviço Social
Instituição: Faculdades Integradas de Fernandópolis

Profª Ms. Laine Friozi G Guimarães
Curso de Serviço Social
Instituição: Faculdades Integradas de Fernandópolis

Profª André Campos
Curso de Serviço Social
Instituição: Faculdades Integradas de Fernandópolis

DICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente, a minha mãe Maria, minha filha Camila e ao meu irmão Fabiano, e meu esposo Rodrigo, pois confiaram em mim e me deram esta oportunidade de concretizar e encerrar mais uma caminhada da minha vida. Sei que eles não mediram esforços pra que este sonho se realizasse, sem a compreensão, ajuda e confiança deles nada disso seria possível hoje.

A eles além da dedicatória desta conquista dedico a minha vida. Ao meu pai José Alípio (in memoriam), que infelizmente não pode estar presente neste momento tão feliz da minha vida, mas que não poderia deixar de dedicar a ele, pois se hoje estou aqui, devo muitas coisas a ele e por seus ensinamentos e valores passados. Obrigada por tudo! Saudades eternas! Aos meus amigos, que me apoiaram e que sempre esteve ao meu lado durante esta longa caminhada, em especial a minha amiga Daniela, que muitas vezes compartilhei momentos de tristezas, alegrias, angústias e ansiedade, mas que sempre esteve ao meu lado me apoiando e me ajudando.

Não poderia deixar de dedicar também este trabalho a duas pessoas especiais em minha vida, a Sueli Beloti e Tito Beloti duas pessoas fundamentais em minha vida, sempre me escutando e me apoiando. A vocês meus amigos dedico este trabalho e todo meu carinho. A estes dedico meu trabalho, sem a ajuda, confiança e compreensão de todos, este sonho não teria se realizado. Vocês são tudo pra mim! Muito Obrigada por tudo!

Todos da turma sem seção desenvolvemos respeito, união, equilíbrio e flexibilidade em nossa amizade, neste período. Não poderia deixar de registrar, o quanto foi gratificante e significativo a experiência de estudar numa sala de 99,9% da turma, ser composta por mulheres, como eu aprendi neste tempo com as reflexões e com os gestos de cada uma. Sou inteiramente apreciadora e reconheço a força da feminilidade através da vivência com vocês nesta etapa. Não poderia deixar de dedicar também todos os professores e em especial a minha orientadora Prof^o Ms. Fabiola Regina Falcoski por exigir de mim muito mais do que eu supunha ser capaz de fazer. Agradeço por transmitir seus conhecimentos e por fazer da minha monografia uma experiência positiva e por ter confiado em mim, sempre estando ali me orientando e dedicando parte do seu tempo a mim, muito obrigada por tudo, pela paciência, pela amizade e pelos ensinamentos que levarei para sempre. Enfim, a todos os meus amigos e familiares, que ainda consideram minha amizade apesar de tê-los privado do meu convívio nos últimos quatro anos. Obrigada por sempre torcerem por mim!

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus pela força e fé para construir esta pesquisa, agradeço a minha família pelo apoio e honra e aos meus colegas de sala pelo companheirismo e amizade, agradeço a todos por fazerem parte dessa jornada em especial todos os professores do curso de serviço social pela motivação para eu manter – se em equilíbrio mesmo diante das adversidades.

Epígrafe

***“O QUADRO DE DESIGUALDADE
PERMANECE QUASE COMO UMA PINTURA NA
PAREDE, QUE TODOS OLHAM, TODOS SE
ESPANTAM, TODOS CRITICAM, MAS PERMANECE
LÁ, IMÓVEL INALTERADO”.
(IVANETE BOSCHETTI)***

RESUMO

MAGALHÃES, Daniela L. S. **Pobreza: desigualdade social, políticas sociais. análise do território do CRAS Nova Era, do município de Fernandópolis/SP 2015.** 60 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Faculdades Integradas de Fernandópolis, Fundação Educacional de Fernandópolis, Fernandópolis – SP, 2015.

O presente trabalho de conclusão de curso teve com objetivo compreender analisar as estratégias de sobrevivência nos aspectos relacionados à Pobreza e Desigualdade Social e Políticas Sociais no Território do CRAS “Nova Era” moradores do Município de Fernandópolis/SP. Dentre os objetivos específicos estão: discutir e analisar as principais situações que ocasionam o a pobreza e desigualdade social; identificar como as famílias vivem e se organizam para a garantia de direitos na política social. Já Metodologia: quanto a finalidade, se classificou como uma pesquisa bibliográfica e quantitativa, pois esta permitiu uma melhor compreensão a cerca do tema abordado. Em relação aos sujeitos participantes da pesquisa, foram os usuários e não usuários do CRAS “Nova Era” os bairros de referencia sendo 32 bairros, mas as coletas da pesquisa foram os bairros Jardim Redentor, Jardim São Francisco, e Jardim Ipanema. A coleta de dados com os sujeitos participantes foi realizada por meio de entrevista, do tipo semi – estruturada, com perguntas fechadas, seguido um roteiro previamente elaborados. O período da coleta de dados foi no mês de novembro do ano de 2015. Para o tratamento de dados obtidos, foi adotada a análise qualitativa que completa três passos: redução, categorização e interpretação dos dados. E também pela pesquisa documental onde tive contato com documentos referentes ao município da cidade de Fernandópolis/SP, e do Centro de referencia de Assistência Social – CRAS “Nova Era”, e Secretaria de habitação e Urbanismo. Ao se tratar dos resultados alcançados através desta pesquisa pude compreender a grande importância da dimensão do trabalho do assistente social com as famílias em situação de pobreza e desigualdade social. As famílias da pesquisa entendam a realidade em que estão vivendo, compreendam que vive em uma sociedade de classes e assim para si a vontade de lutar pelos seus direitos.

Palavras-chave: pobreza; desigualdade social; politica social; família; cras nova era.

ABSTRACT

MAGALHÃES, Daniela L. S. Poverty: Social Inequality, Social Policy. Spatial analysis of CRAS New Age, the city of Fernandópolis/ SP 2015 60 f. Monograph (Undergraduate Social Work) - Integrated College of Ferndale, Educational Foundation of Ferndale, Ferndale - SP, 2015.

This working conclusion of course had to analyze objective to understand the survival strategies in aspects of Poverty and Social Inequality and Social Policy in the Territory of CRAS "New Age" residents of the City of Ferndale / SP. Among the specific objectives are: to discuss and analyze key situations that cause him to poverty and social inequality; identify how families live and organize themselves for the guarantee of rights in social policy. Already Methodology: the purpose, to qualify as a bibliographical research, quantitative and descriptive as this allowed a better understanding about the relevant topic. With regard to the subjects participating in the research were users and non-users of CRAS "New Age" the reference quarters and 32 quarters, but the collections of the research were the neighborhoods Redeemer Garden, San Francisco Garden, Garden and Ipanema. Data collection with participants subject was carried out through interviews, semi - structured with closed questions followed a previously elaborated script. The period of data collection was in November of 2015. For the treatment of the data obtained, the qualitative analysis used to complete three steps: reduction, categorization and interpretation of data. And also by documentary research where I had contact with documents relating to the municipality of the city of Ferndale / SP, and reference Welfare Center - CRAS "New Age", Secretary of Housing and Urban Development. When dealing with the results achieved through this research could understand the great importance of the size of the social worker with families in poverty and social inequality. Families of research to understand the reality in which we are living, understand that living in a class society and thus for you the will to fight for their rights.

Keywords: poverty; social inequality; social policy; family; cras new age.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Sexo.....	38
Gráfico 2 - Faixa Etária	39
Gráfico 3 - Escolaridade.....	39
Gráfico 4 - Caracterização Famílias.....	40
Gráfico 5 – Estado Civil.....	41
Gráfico 6 – Número de Residentes.....	41
Gráfico 7 – Condições de Moradia.....	42
Gráfico 8 – Água Encanada.....	43
Gráfico 9 – Saneamento Básico.....	43
Gráfico 10 – Eletricidade	44
Gráfico 11 – Trabalha Atualmente.....	44
Gráfico 12 – Vinculo Empregatício.....	45
Gráfico 13 – Conhecimento em Relação Atribuições da Assistência Social.....	46
Gráfico 14 – Programas ou Benefício Assistenciais Inseridos.....	46
Gráfico 15 – Principais Dificuldades de Acesso dos Direitos.....	47
Gráfico 16 – Meio de Obtenção das Informações Referentes Acesso dos Direitos.....	47
Gráfico 17 – Conhecimento de Todos os Serviços Públicos Disponíveis.....	48
Gráfico 18 - Acompanhamento Médico	48
Gráfico 19 - Saúde forma de Acesso como Avalia o Atendimento Médico no seu Território e Município.....	49
Gráfico 20 – Avaliação Referente ao Lazer e a Cultura Local.....	50
Gráfico 21 – Como Avalia a Assistência Social no seu Território.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – POBREZA E DESIGUALDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA	17
1.1 - Algumas concepções sobre pobreza	18
1.2 - Pobreza e desigualdade: dados de uma realidade preocupante	22
1.3 - Política de assistência social a partir da constituição federal de 1988	23
1.4 - Um breve Histórico dos Programas de Transferência de renda no Brasil	25
CAPÍTULO 2 – CONTEXTUAÇÃO DOS CAMPOS DE PESQUISA O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS/SP	31
2.1 - Breve apresentação do município de Fernandópolis/SP	28
2.2 - Contextualização a história da política de assistência social no município de Fernandópolis/SP	32
3.1 - Campo de pesquisa: os bairros pesquisados	33
3.2 - O percurso metodológico da pesquisa	37
3.4 - Análise da pesquisa	37
3.5 - O perfil socioeconômico das famílias dos bairros referente o centro de referência da assistência social – CRAS “nova era” fernandópolis/SP	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
ANEXOS	57

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso (TCC), é uma exigência do curso de Serviço social na Fundação Educacional de Fernandópolis para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. O presente trabalho de conclusão de curso tem como temática do estudo as famílias em situação de pobreza e desigualdade no território do CRAS “Nova Era”. Neste estudo um aprofundamento neste tema devido à experiência de acadêmica do curso de Serviço social da Fundação Educacional de Fernandópolis, e estagiaria de Serviço Social no decorrer do ano de 2014 - 2015 no CRAS “Nova Era” do município de Fernandópolis/SP.

A pobreza é um fenômeno histórico, no decorrer dos últimos anos, a problemática da pobreza no mundo em desenvolvimento tem construído preocupação crescente, apesar dos avanços sociais resente continua sendo um grave problema em nível mundial. De forma geral pobreza esta relacionada nas profundas desigualdades, como na distribuição de riqueza, desigualdade de oportunidades, desigualdade de escolaridade, de renda de gênero.

Neste sentido foi impossível não estudar e refletir sobre a pobreza e desigualdade social e políticas sociais, assim acredito que seja necessário fomentar esta discussão e buscar alternativas para a amenização e superação da pobreza e cobrar a criação e efetivação de mais políticas redistributivas por partes das autoridades e governos.

O CRAS “Nova Era” é o quarto implantado pela Prefeitura de Fernandópolis/SP, que atente os bairros: Jardim Redentor, Ipanema, Paulistano, Vista Alegre, Acapulco, Parque Industrial, Parque das Nações, Jardim Bela Vista, Santa Bárbara, Morada do Sol, Hilda Helena, São Lucas, Residencial Liana, Vila Regina, Pôr do Sol, Independente, Aparecida, Água Vermelha, Vila São José, Vila Neves, Loteamento Benedito Guedes, Santa Catarina, Santa Luzia, Santa Izabel, Bom Jesus, Vila Nova e Bela Vista, São Francisco. Localidades e Famílias em Situação de Vulnerabilidade social.

O CRAS é o responsável pela execução do Programa de Atenção Integral à Família-PAIF que é um programa do Governo Federal e tem o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários de acordo com as orientações da tipificação PAIF.

Consiste no trabalho social com famílias de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (MDS, 2009, p. 6).

Assim, desenvolve trabalhos com grupos de famílias inseridas nos programas de transferência de renda, onde de acordo com a Tipificação (2009) nesses grupos são desenvolvidas atividades grupais a fim de trabalhar a prevenção e risco social, familiar e comunitário. Dessa forma, Torres (1985) apud Moreira (2013, p. 50) falam que “os grupos existem para satisfazer as diversas necessidades que os seres humanos possuem e não poderiam resolver sozinhos”.

Portanto temos como objetivo geral identificar as famílias em situação de pobreza e desigualdade social referenciada no CRAS “Nova Era” e como o objetivo específico esclarecer a importância do conhecimento dos acessos aos seus direitos sociais no trabalho de proteção social básica e o perfil das famílias nos bairros pesquisados sendo: Jardim Redentor; Jardim Ipanema e Jardim São Francisco.

Em relação à metodologia utilizada neste estudo é do tipo quantitativo e qualitativo que proporcionou um contato mais direto com os sujeitos da pesquisa, ampliando meu conhecimento sobre os objetivos propostos por esse trabalho.

Segundo Martinelli (1999, p.26).

“[...] uma consideração importante é que a pesquisa qualitativa é participante, nos somos sujeitos da pesquisa [...]”.

Para os dados obtidos, foi adotada a análise qualitativa descrita por Gil (2002, p. 136). Segundo o autor, a análise qualitativa dos dados contempla três passos: redução, categorização e interpretação dos dados.

Redução de dados: consiste em processo de seleção, simplificação, abstração e transformação dos dados originais provenientes das observações de campo. Para que essa tarefa seja desenvolvida a contento, é necessário ter objetivos claros, ate mesmo porque estes podem ter sido alterados ao longo do estudo de campo. Quando os objetivos não estão claros, o que costuma ocorrer é o acúmulo de grande quantidade de dados e consequentemente dificuldade para selecionar os que possam ser significativos para a pesquisa.

Categorização dos dados: consiste na organização dos dados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusão a partir deles. Isso requer a construção de um conjunto de categorias descritivas, que podem ser fundamentadas no referencial teórico da pesquisa [...].

Interpretação dos dados: [...] é necessário que o pesquisador ultrapasse a mera descrição, buscando acrescentar algo ao questionamento existente sobre o assunto. Para tanto, ele terá que fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando possíveis explicações, configurações e fluxos de causa e efeito. Isso irá exigir constantes retomadas as anotações de campo e ao campo e à literatura e ate mesmo à coleta de dados adicionais.

Conforme o descrito acima foi procedido da seguinte maneira: uma análise quantitativa e qualitativa das respostas obtidas no questionário. Apresentamos inicialmente os resultados das respostas, a partir das quais será calculado o Índice de Liberdade das famílias pesquisadas e, em seguida, apresentamos a tabulação dos dados, a tabulação significa organizar os dados em tabelas, para serem analisados por processo de técnicas de análise estatística. Segundo Mattar (1996) a tabulação pode ser manualmente, mecânica, eletrônica ou parcialmente manual e eletrônica.

Já a pesquisa bibliográfica foi a etapa que se deu subsídio e possibilitou a aquisição de conhecimento sobre a pesquisa para analisar a pobreza e desigualdade social e políticas públicas. Valem ressaltar que houve uma grande dificuldade em encontrar documentos sobre históricos dos bairros pesquisados, alguns dos poucos dados coletados tanto sobre os bairros como as famílias em situação de pobreza e desigualdade social foram obtidos na Secretaria Municipal da Assistência Social, Foram usados o SICON e o SIBEC (MDS,2011) como sistema de base de dados do Programa Bolsa Família e o Cadastro Único de Benefícios Sociais, que permitiram a busca de dados confiável e atualizados. Também foi utilizados os prontuários das famílias acompanhadas pelo CRAS Nova Era, Considerando a necessidade de avaliar a forma com os bairros pesquisados como foi implantados foi necessário envolver como sujeitos da pesquisa: O SOP – Sistema de Ouvidoria Pública; a Secretaria Municipal de Planejamento; a Secretaria Municipal de obras e Habitação e Urbanismo; e a Secretaria Municipal de Serviços de Infraestrutura.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos. “Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte de estudos exploratórios pode ser definida como pesquisa bibliográfica, assim como o número de pesquisas desenvolvidas a partir de técnicas de análise de conteúdo” (GIL,1999, p. 65).

A escolha por essas abordagens metodológicas foram fundamentais para esse tipo de pesquisa, uma vez que foi realizada através de realidade vivenciada pelas famílias que se encontra em situação de pobreza e desigualdade social. Esses tipos de abordagens nos proporcionou ir além de descrever um objetivo, mas também identificar diferentes experiências sociais.

As famílias foram orientadas sobre a importância da pesquisa, explicando que seria uma entrevista sigilosa no qual os nomes não seriam identificados, após a aceitação das

famílias pesquisadas, foi entregue um termo de consentimento para as famílias para poder realizar a entrevista. O questionário da entrevista e o termo de consentimento estão em anexo na página 57 do trabalho.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi estruturado por uma introdução, seguidos em 3 capítulos e as considerações finais.

No primeiro capítulo, a partir da revisão bibliográfica, aborda uma discussão sobre a pobreza e desigualdade: uma reflexão sobre a realidade brasileira. Algumas concepções sobre a pobreza, pobreza e desigualdade dados de uma realidade preocupante, e política de assistência social a partir da constituição federal de 1988, e por fim deste capítulo um breve histórico dos programas de transferência de renda no Brasil.

A pobreza é um problema histórico no Brasil nas duas últimas décadas a desigualdade social adquire evidências teóricas e seus enfrentamentos são direcionados no cenário brasileiro. “O Banco Mundial afirma que o combate à pobreza é um dos principais desafios mundiais”. (AZEVEDO; BURLANDY, 2004, p. 202).

No Brasil o desenvolvimento das políticas públicas tem sido direcionado para o enfrentamento da pobreza por meio de Programas de Transferência de Renda (PTRC):

Os PTRC surgiu no ano de 1990 a partir de uma perspectiva de proteção social conhecida como paradigma de desenvolvimento humano. Com base no trabalho de Amartya Sen, tal paradigma coloca o indivíduo no centro do processo de desenvolvimento e sustenta que tal processo é desencadeado pelo concurso de diversos tipos de liberdades, que por sua vez, dependem da aquisição de diversos tipos de capacidades. (COTTA; PAIVA, 2010, p.54).

O Brasil é apontado por diversos autores como um dos países mais desiguais do mundo. A pesquisa de amostra de domicílio (PNAD). De 1981 a 2011, assinalou que os 10% mais ricos detêm 50% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres ficam com 10% da riqueza socialmente produzida (MERCADANTE, 2003, p. 38). Nessa mesma linha de pensamento, Barros, Henrique, Mendonça afirma que o Brasil é “Um país desigual, exposto ao desafio de sua população de acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania” (BARROS; ENRIQUE; MENDONÇA, 2000, p. 21).

No Brasil, segundo Ferreira, houve um crescimento da desigualdade durante os anos 1980. O crescimento das desigualdades é associado, “ao processo de aceleração inflacionária, assim como à conjunção da rápida expansão educacional da força de trabalho com a elevação dos retornos marginais da educação” (FERREIRA, 2010, p.150).

A pobreza normalmente diz a respeito aos princípios de carência material para a subsistência do ser humano. A desigualdade entre os homens, ao se separar por classes sociais dividiu – os entre ricos e pobres.

Segundo Rousseau (1988, p. 14).

A igualdade desapareceu, o trabalho tornou-se necessário, o desenvolvimento das faculdades psíquicas leva à distinção entre o que é e o que parece ser; a sociedade impõe-nos parecermos coisa diferente do que somos. O homem torna-se escravo de suas necessidades e de seus semelhantes. A riqueza suscita a ambição, a concorrência, a rivalidade de interesses, a herança, a dominação universal.

São efeitos de uma historia comum e violenta e foi apresentada e percebidas de diversas formas. A pobreza tem uma série de significados mas segundo o Relatório do Banco Mundial de 2000 a pobreza se caracteriza em três eixos: A falta de recursos e renda; A falta de voz e poder; A choque adversos e exposição a risco.

No segundo capítulo, trata de um breve histórico dos bairros pesquisados referente o CRAS “Nova Era”, e o perfil do município de Fernandópolis/SP, evidenciando as características específica das famílias atendendo nesta instituição, local onde foram realizadas as coletas de dados.

No terceiro e ultimo capítulo, apresenta os dados obtidos na coleta de dados realizada com famílias em situação de pobreza e desigualdade social dos bairros pesquisados contato neste capítulo as estratégias que as famílias buscam pra sair dessa condição e as intervenções que o município pode realizar a cerca deste motivo. Por fim, apresento as considerações finais resultantes das observações reflexões e estudos, expressando minha opinião em relação às famílias com situação de pobreza e desigualdade social.

CAPÍTULO 1 – POBREZA E DESIGUALDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA.

“O fato ‘pobreza’, qualquer que seja seu grau de definição, é sempre assimilado ao ‘problema’ da pobreza, seja no plano ideológico e moral, seja no plano político e econômico”. (Destermeau e Salama, 2002, p. 108, apud Lavinas, 2002)

Busca-se neste capítulo a compreensão como finalidade introduzir as principais discursões teóricas a cerca das categorias pobreza e desigualdade. Nas duas últimas décadas, o combate à pobreza e desigualdade social adquire evidências teóricas. “O Banco Mundial afirma que o combate à pobreza é um dos principais desafios mundiais”. (AZEVEDO; BURLANDY, 2010, P. 202).

Ainda hoje no Brasil, a pobreza é muitas vezes relacionada à fome e desnutrição. Infelizmente a abordagem da pobreza extrema ainda é operacional em algumas regiões do país, mas a indigência está sendo medida a partir da renda, já que os indigentes não são, necessariamente, subnutridos (ROCHA, 2003).

De toda forma, a consideração de que a pobreza está além das necessidades nutricionais básicas torna-se necessária, principalmente no contexto das grandes cidades. As necessidades básicas, que incluem alimentação, habitação, educação, saúde, entre outros fatores que permitem a dignidade dos indivíduos, estão relacionadas à estrutura social. Esse conceito é uma extensão do conceito de subsistência e, dessa forma, “ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive” (ROCHA, 2003).

O procedimento para a determinação da linha da pobreza é relatado por HOFFMANN (1998):

Um procedimento usual para determinar a linha de pobreza consiste em obter, inicialmente, o valor de uma cesta de alimentos que atenda às necessidades nutricionais das famílias, levando em consideração os alimentos usuais das famílias de baixa renda. Em seguida esse valor é multiplicado por um coeficiente, tendo em vistas as despesas necessárias com moradia, vestuário, transporte, saúde, educação, etc. (HOFFMANN, p. 218, 1998).

Porém, como esse conjunto de bens relacionado às necessidades básicas varia conforme o desenvolvimento e o crescimento da renda per capita, alguns pesquisadores propõem que a linha de pobreza seja definida como base na renda média da população (HOFFMANN, 1998). Algumas linhas de pobreza foram pensadas por organismos internacionais, principalmente no final do século XX. Para comparação a esse nível, o Banco Mundial em 2000/2001 criou uma linha de pobreza cujo valor é de um dólar por dia/pessoa. Várias críticas foram feitas à arbitrariedade desse valor, já que ele é muito baixo considerando a realidade de certos países e, dessa forma, não é adequado para avaliar as evoluções do nível de pobreza mundial (EDWARD, 2006).

O IDH (Índice de desenvolvimento humano) proposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1990, leva em conta três indicadores para determinar as condições de vida: a esperança de vida ao nascer, o nível educacional e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Esse índice permite uma comparação internacional e de certa forma, ele considera um mínimo de necessidades básicas a serem satisfeitas. Porém, não leva em conta a desigualdade que determina a enorme concentração de renda em determinados países. Já o Índice de Pobreza Humana (IPH), introduzido pelo Relatório do Desenvolvimento Humano em 1996, considera a pobreza como uma situação de privação nos níveis de saúde, oportunidades, liberdade, participação na vida social, entre outros (FUKUDA-PARR, 2006).

O IPH tem foco em três pontos-chave da vida humana: sobrevivência, medida através da vulnerabilidade de se morrer antes dos 40 anos de idade; educação, medida através do índice de analfabetismo; e por fim, uma combinação entre renda e provisão pública, medida através da porcentagem de crianças desnutridas abaixo de cinco anos de idade e a porcentagem de pessoas sem acesso à rede de água (FUKUDA-PARR, 2006).

Como algumas dessas medidas não fazem sentido para a análise de países considerados desenvolvidos, foi pensado em um índice ajustado, o IPH-2, que considera a renda elevada desses países (FUKUDA-PARR, 2006). Como a economia brasileira é monetizada e a renda se revela uma boa aproximação do bem estar das famílias, ROCHA (2003) considera que “a adoção de linhas de pobreza é uma abordagem adequada no contexto brasileiro” (ROCHA, p. 43, 2003).

1.1 Algumas Concepções sobre a Pobreza.

O mundo globalizado nos impõe desafios no sentido de priorizarmos e tratarmos determinados temas/problemas que não são de ordem particular, e nem originais e recentes,

mas que tomaram um rumo pós-industrialização e se tornaram assunto internacional por fazer parte das distintas realidades,

Parte disso decorre justamente da piora do indicador de pobreza extrema. Procurado, o ministério do Desenvolvimento Social MDS afirmou, por meio de sua assessoria desconhecer os critérios de análise e formação dos indicadores de pobreza e de extrema pobreza da CEAP.

O ministério informou que o governo brasileiro trabalha com o conceito do Banco Mundial e da Organização das Nações Unidas (ONU), que considera extrema pobreza alguém que vive com menos de VS\$1,25 por dia. A taxa de extrema pobreza aumentou de 2,9% para 3,1% entre 2012 e 2013, segundo o MDS.

Entre 2001 e 2013 a taxa de extrema pobreza teria caído mais de metade, saindo de 8,1% pra 3,1 da população, a taxa de pobreza teria caído quase três vezes, passando de 22,8 % para 7,9% , cita o ministério em estudo técnico divulgado no fim do anos passado.

Para Aldaísa Sposat (1997,p.13)

(...) o conceito de pobreza é relativo, refletindo os hábitos, valores e costumes de uma sociedade; entretanto, com a globalização, essa noção passa a aproximar-se de uma medida comum. Os indicadores utilizados para estimar o grau de pobreza de uma sociedade partem de medidas quantitativas comparativas, demarcando os estratos sociais que enfrentam os mais baixos padrões de vida.

O que nos remonta a questão das desigualdades sociais. Uma série de significados diferentes pode ser dado a “pobreza” enquanto estado de quem é pobre e sofre a falta do necessário à vida Porém uma tarefa precípua dos cientistas sociais é a de estabelecer um conceito único e geral para ser usado e reconhecido internacionalmente. Embora as realidades sociais sejam diferenciadas a atribuam significados diversas podendo esclarecer de uma ou mais formas determinado assunto ou situação conforme sua estrutura sociocultural. De qualquer modo existe o entendimento inerente àquela condição, ou seja, as informações genéticas da situação, básicas, precípuas que a explicam em qualquer lugar ou contexto. A pobreza o é em qualquer lugar do mundo entendida como privação ou ausência das necessidades básicas, podendo mudar a intensidade da privação como ausência total de recursos que impeçam o ser inclusive de se alimentar: condição primeira para sua sobrevivência.

De outras formas se daria na privação de condições materiais e acesso mínimo as políticas de saúde, educação, saneamento, habitação, etc. Desta privação mínima a outros níveis e tipos de privação se resvalam interpretações e estudos das ciências sociais e

organismos internacionais que procuram entender este problema que não é particular de nenhum país a fim de dar subsídios para políticas públicas que possam enfrentar a pobreza em cada realidade que ela se mostre. Townsend⁵ corrobora esta reflexão, primeiramente trazendo à baila que devemos considerar que as necessidades humanas são físicas (alimentação, habitação, vestuário, mobiliário) e sociais (saneamento, transporte, saúde, trabalho, educação, cultura). E que devem ser analisadas dentro de um contexto de desenvolvimento geral da nação econômica e socialmente.

Ele nos convida a considerar questões estruturais envolvidas, assim como questões objetivas e subjetivas. Essas análises devem conciliar as diferentes dimensões de necessidades humanas e não se ater a lógica do mercado. Para além disso, a leitura e o trato em relação a este tema o considera mesmo resultante da história e das relações econômicas e socioculturais do lugar aliadas ao seu contexto temporal. A relação com este tema certamente no passado teria sido excepcionalmente diferente do que o seria na atualidade de um mundo globalizado, mesmo nos países onde ainda existe uma linha de pobreza e indigência relevantes.

O impacto dessas condições não se limitam mais as fronteiras de sua própria nação. Mas sofrem a interferência das representações internacionais de direitos humanos, como por exemplo a ONU. Para se delimitar e estudar a pobreza, critérios são definidos para conceituá-la, e entendê-la na sua dimensão invariável, embora específica e simplificadora, que é a renda. Esta passa a ser uma medida que permite estabelecer uma linha de pobreza como parâmetro para pesquisas científicas que avaliam a realidade a partir de um padrão de renda mínimo. Independente do padrão utilizado para analisar a pobreza, segundo os pesquisadores do IPEA e PNAD, no nosso caso, a pobreza no Brasil necessariamente está vinculada às desigualdades sociais, às diferenças gritantes de distribuição de renda.

O que quer dizer que o Brasil poderia ter um enorme crescimento econômico, no entanto, se não enfrentar suas desigualdades, se não tiver equidade na distribuição de seus recursos ele continuará sendo muito pobre. Por isso, Barros, Henrique e Mendonça (2000) dizem que o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres que no Brasil não falta recursos, estes é que são mal distribuídos, se concentram muito nas mãos de uns, enquanto a maioria detém o mínimo possível, inclusive de acesso a bens e serviços públicos enquanto responsabilidade do Estado. Devemos lembrar que a pobreza é um processo resultante entre outras coisas de uma estrutura de desigualdades sociais historicamente presente na realidade brasileira, o que nos remete a nossa trajetória de construção da civilidade, da cidadania, da economia nacional, das relações de poder, enquanto responsabilidades legais e institucionais que resultaram nas atuais relações sociais e de

trabalho, no trato com o que é coletivo, na capacidade de mobilização e luta da população, nas diferenças sociais, na cultura política que temos, na ausência de políticas públicas decentes, enfim em diversos fatores e situações que vivenciamos. Além disso, devemos considerar que estamos em um país de extensão continental, com diferenças culturais e regionais, climáticas e geográficas que devem ser também considerados na elaboração das políticas de enfrentamento à pobreza. Este fenômeno é inerente a países ricos e pobres, grandes e pequenos, velhos e novos: com larga história nas suas relações legais, políticas, administrativas ou com pouco história de construções e normativas que trate essas situação como um problema nacional e de Estado. Ele se expressa de formas diferenciadas conforme a história de cada nação.

O Brasil é uma nação nova, em todos os sentidos, inclusive na maturidade de suas políticas públicas enquanto ações e serviços que atendam o cidadão como tal enquanto como sujeito de direitos. As pesquisas do IPEA indicam que o grau de pobreza no Brasil é “significativamente superior a média dos países com renda per capita similar à nossa, sugerindo relevância de má distribuição dos recursos para explicar a intensidade da pobreza nacional”. (Barros, Henriques e Mendonça) Diante de uma conjuntura social fragilizada e com desigualdades que não possibilitam minimamente ao cidadão uma renda fixa mensal compatível com suas necessidades básicas de sobrevivência e de sua família, cabe às Políticas sociais conhecer e estabelecer mecanismos de enfrentamento das vulnerabilidades sociais as quais a população está sujeita.

Reduzir a concentração de renda é sem dúvida o “pulo do gato” para diminuirmos a desigualdade social, no entanto, isso pressupõe um conjunto de ações combinadas de diversos setores que estimulem o crescimento econômico e a equidade na distribuição de renda, assim como a execução de políticas sociais que estabeleçam um plano de combate, a médio e longo prazo, de enfrentamento da pobreza. Sem me ater a trajetória histórica e as características das políticas sociais, e em seu conceito epistemológico, especificamente a realidade brasileira, tiveram peculiaridades diferentes da Europa, como nos relata Luiz Eduardo Wanderley (2008) centrada nas extremas desigualdades e injustiças resultantes do seu modo de produção e reprodução social com acento na concentração de poder e riqueza e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada de outras classes.

O autor relata que a questão social se funda nos conteúdos e formas das relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas, cujos impactos alcançam várias dimensões da vida em sociedade. Pensar no enfrentamento da pobreza nos remete refletir sobre o papel das políticas sociais que neste contexto além de

ampliar a cobertura e a qualidade das políticas estruturantes deverá desenvolver estratégias de redistribuição de riqueza. Porém devemos lembrar que “ A política social não é só e nem prioritariamente política de combate à pobreza; não é o único instrumento de combate a pobreza e não deve ser dissociada de direitos sociais” (Delgado e Theodoro apud Luciana Jaccoud – 2009) Política social é um termo largamente usado para ações estatais na área social que garantam os direitos constitucionais de cidadania plena: como educação, saúde, alimentação, trabalho e emprego, saneamento, segurança, agricultura, habitação, assistência social, qualificação profissional, cultura, esporte e lazer. A depender da conjuntura político administrativa do Estado e suas estruturas econômicas de produção existem diferentes condições e formas de políticas sociais que enfrentam ou potencializam a realidade de uma sociedade. Mundo a fora isso tem sido pauta na agenda política, pois esse fenômeno tem permeado e preocupado todas as nações.

No Brasil onde a desigualdade econômica e social são estruturais, é necessário e esperado que os sistemas de proteção social se organizem e se estruturam com propostas de enfrentamento a pobreza. No entanto, mudar as condições de pobreza e vulnerabilidades historicamente instituídas por que passa a sociedade brasileira não é algo simples, pequeno e imediato, isso é um processo complexo e que agrega, ao mesmo tempo, aspectos econômicos, sociais e políticos, solicitando o planejamento e a integração de políticas estruturantes que a médio e longo prazo possam enfrentar esse quadro. Fazendo um paralelo a BOURDIEU(2007); realizar inferências na estrutura social, ou a respeito dos padrões de formação do habitus dos sujeitos e comunidades, requer que se reconstitua, que se considere elementos da história social das instituições e das relações presentes neste campo. O enfrentamento da pobreza começa com políticas integradas, com políticas de proteção social integradas às políticas econômicas, que assegurem as condições mínimas para o desenvolvimento. A proteção social se configura como porta de entrada para a promoção social, com a criação valorização do capital humano e o institucionalização das políticas sociais.

Atualmente, a visão de que políticas e instituições voltadas para os grupos mais vulneráveis podem promover tanto eficiência quanto equidade toma corpo, com base em evidências de que investimentos em necessidade básicas humanas melhora a produtividade e o crescimento econômico e a qualidade de vida. Para FOUCAULT(2004), esses procedimentos nas sociedades ocidentais e capitalistas encarregados de conduzir os comportamentos dos indivíduos ou de inferir nas relações, seja através de mecanismos “disciplinares” e de “poder”, tem o propósito de beneficiar o sistema, tem um intuito claro que

objetiva ao qualificar, ampliar eficácia, forças e aptidões; aumentando e potencializando, assim, a produção e não propriamente interditando ou simplesmente controlando. A associação entre desenvolvimento econômico, equidade e democracia reforça a idéia do papel dos sistemas de proteção social como promotores do desenvolvimento das capacidades individuais e sociais. Situação esta que passa a ser preocupação nacional e internacional no sentido de provocar na agenda pública políticas de enfrentamento à pobreza e à desigualdades sociais relevantes no Brasil, América Latina e outros países. Aliado a isso, no contexto brasileiro, soma-se o movimento pela institucionalização da Assistência Social enquanto política pública, resultado de muitas lutas, debates, envolvendo diversos atores, entre eles profissionais de Serviço Social que com ideias consequentes promoveram mobilização em todo o país através de conferências, fóruns, conselhos da área social num crescente movimento pela Política de Proteção Social desenvolvidos no país como forma de fazer frente às diversas expressões da questão social, especialmente em seus contornos de pobreza e da exclusão social.

Apesar de mostrar uma melhora do indicador de pobreza no País, indica que em 2013, o Brasil continuava sendo o país com maior desigualdade de renda na região.

A partir de 1980, “a pobreza passou a ser entendida como privação relativa , dado ao conceito um enfoque mais abrangente e rigoroso, buscando uma formulação científica e comparações entre estudos internacionais, enfatizando o aspecto social”. (CRESPO e GUROVITZ, 2002, p.5). O enfoque da pobreza relativa evoluiu tendo como uma de seus principais formuladores o indiano Amartya Sen.

Na concepção de Sen, a abordagem da pobreza como privação de capacidades:

A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra – se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste como baixa renda, que é importante apenas instrumentalmente); existem outras influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades); a relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional). (Sen, 2010, p. 120).

Sob esta perspectiva, a pobreza é percebida para além do critério monetário, sendo vista como ausência de capacitações. O termo capacitações relaciona – se ao indivíduo e abrange também um conjunto de variações que pertencem ao estado e à sociedade.

A oportunidade de fazer escolhas genuínas, sem a qual o indivíduo vive inevitavelmente uma vida pobre, depende da renda, contudo uma renda maior não garante, por si só, plena liberdade para fazer escolhas. há de se considerar uma série de fatores de ordem não econômica, tais como, estar bem nutrido, ter boa saúde, ser livre para se prevenir de doenças e da morte prematura, ter força física e mental ser livre para participar da vida em comunidade, além de alguns fatores de ordem subjetivas como ser feliz ou ter respeito por si próprio (Sem apud INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2011, p.7).

Vale ressaltar que o pensamento de Sem proporcionou as bases para teoria do desenvolvimento humano, propagada por organismos econômicos multilaterais, com programa da Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial.

A teoria do capital humano baseia – se na premissa de que, com o aumento da escolaridade, e da qualificação profissional, as pessoas oriundas de famílias pobres teriam sua empregabilidade ampliada, podendo disputar postos de maior produtividade e melhor remuneração, proporcionando, desse modo, o rompimento do ciclo de reprodução intergeracional da pobreza. (FREITAS, 2008; FILHO, 2007, p. 78).

Sobre a função da educação para redução da desigualdade e da pobreza, os sociólogos tendem a identificar papéis sociais importantes ligados à expansão das oportunidades de trabalho. O primeiro salienta que as oportunidades estão em expansão, “a educação funciona como o canal de ascensão, gerando inclusive um espaço para a competição meritocrática que altera em certas medidas, hierarquias sociais previamente existentes” (SCHW ARTZMAN, 2004 p.42).

Ao contrário da primeira assertiva, a segunda função ressalta que as oportunidades de trabalho não estão aumentando, a educação funciona como “em mecanismo de seleção e recrutamento que reduz as desigualdades sociais, dada a grande correlação que há entre desempenho escolar e nível socioeconômico das famílias dos estudantes” (SCHW ARTZMAN, 2004 p.43).

O relatório do Banco Mundial, “Redução da Pobreza e Crescimento: círculos Virtuosos e Vicioso”, traz a existência de um círculo vicioso da pobreza, destacando a “falta de participação das pessoas em situação de pobreza nas atividades geradoras de renda [...] pode ocasionar falta de investimento e baixo crescimento, fatores estes que trariam mais alto nível de pobreza” (FREITAS, 2008, p.60). Neste relatório, a pobreza é concebida como privação de capacidades e uma das formas de seu enfrentamento se dá por meios de investimentos em capital humano.

Esses investimentos em capital serviria como justificativa para certos gastos em políticas públicas que aumentam a capacidade produtiva das pessoas. Neste sentido, “a solução para a pobreza é a capacitação e a melhoria de capacidades produtivas das pessoas que, por definição, são pobres porque têm pouca capacidade produtivas”. (FREITAS, 2008, p. 62).

Sem e Abranches apontam que as “políticas que reduzem as desigualdades de condições, de oportunidades e de acesso são exatamente aquelas que têm maior probabilidade de combater a pobreza” (SEN; ABRANCHES apud ESTRELLA; RIBEIRO, 2008, p. 628).

As políticas sociais que visam romper o ciclo de pobreza intergeracional precisam levar em consideração estratégias para conferir recursos educacionais e de saúde aos seus beneficiários, já que políticas desse tipo aumenta a capacidade produtiva. Especialmente no caso brasileiro, o acesso aos bens e serviços de educação e saúde de qualidade é fortemente concentrado, o que acaba reforçando a enorme desigualdade existente no país. (ESTRELLA; RIBEIRO, 2008, p. 628).

Essa concepção norteou os relatórios do Programa das nações Unidas para Desenvolvimento - PNUD (1997) quando ao desenvolvimento social e humano e orientou as metodologias de mensuração da pobreza, segundo o índice de Desenvolvimento Humano (IDH), enfatizando a necessidade de democratização de certas capacidades (educação, saúde, poder) que qualificam os pobres como sujeitos de sua luta (IVO, 2008 apud INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2011, P.7).

A teoria do capital humano servirá de fundamento teórico para as políticas de combate a pobreza através dos programas de transferência de Renda (PTCR), que articulam ações para o alívio imediato da pobreza (pela transferência de renda) e estratégias visando à ruptura do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.

1.2 Pobreza e Desigualdade: dados de uma realidade preocupante.

O Brasil é apontado por diversos autores como um dos países mais desiguais do mundo. A Pesquisa Nacional de Amostra de domicílio (PNAD), de 1981 a 2001, assinalou

que os 10% mais ricos detêm 50% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres ficam com apenas com 10% da riqueza socialmente produzida (MERCADANTE, 2003, p.38). Nessa mesma linha de pensamento, Barros, Henrique e Mendonça afirma que o Brasil é “Um país desigual, exposto ao desafio de enfrentar uma herança de injustiça social que excluiu parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania” (BARROS; HERNRIQUE; MANDONÇA, 2000, p. 21).

No Brasil segundo Ferreira, houve um crescimento da desigualdade durante os anos 1980. O crescimento das desigualdade é associado, “ao processo de aceleração inflacionária, assim como à conjunção da lenta expansão educacional da força de trabalho com a elevação dos retornos marginais da educação” (FERREIRA, 2010, p.150).

Ainda segundo o referido autor, a partir do ano de 1993, pode – se perceber uma redução das desigualdades associada a três fatores: primeiro houve uma redução da desigualdade de rendimento entre grupos educacionais distintos, o que parece advir do declínio prolongado nos retornos da educação. Segundo, esse período marcado por uma significativa convergência entre as rendas médias das áreas rurais e urbanas. E o terceiro fator a ser destacados é a expansão da cobertura dos programas governamentais de transferência de renda, assim como a melhoria no seu grau de focalização. (FERREIRA, 2010, p.360).

1.3 Política de Assistência Social a partir da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988, resultado de movimentos societários, foi o ponto de partida para a mudança na conotação atribuída a Assistência Social, já que por muito tempo essa foi pautada na benemerência, caridade, assistencialismo e troca de favores.

Nesse sentido:

[...] a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 1).

A partir desta Constituição de 1988 a Assistência Social foi promulgada como Política Pública compondo o Sistema de Seguridade Social, conforme Art.º 194 da referida lei, a qual também rege no art.º6 os direitos sociais – “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição”. Art. 194.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I – universalidade da cobertura e do atendimento;
- II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V – equidade na forma de participação no custeio;
- VI – diversidade da base de financiamento;
- VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

Em dezembro de 1993, esse direito passa a ser regulamentado pela Lei nº.

8.742, de 07 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), cujo acesso, independente de contribuição, assegurando a qualquer cidadão que dela necessitar. Com o intuito de dar aplicabilidade a LOAS e afirmar a Assistência Social como política pública, em dezembro de 2003, na IV Conferência de Assistência Social, foi deliberada a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que “é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no BRASIL” (BRASIL, 2012, p. 15).

Em 2004 os pressupostos firmados pelo SUAS e LOAS se solidificam com a PNAS. A proteção social da assistência social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções e prevenção de situação de risco. Deve garantir as seguranças sociais, de renda, as de sobrevivência, de acolhida e de convívio familiar e comunitário (BRASIL, 2004, p. 31).

Em 2005 o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é implantado abrindo novas perspectivas para uma nova assistência. Essa política é caracterizada por organizar uma gama de serviços, ações e benefícios de diferentes complexidades, que são organizados por níveis de proteção: básica e especial.

De acordo com o SUAS, a Proteção Social Básica compreende a prevenção de situações de risco ou vulnerabilidade social através do desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos. O risco e a vulnerabilidade social podem ser caracterizados pelas mais diversas situações: pobreza, privação, ausência de renda, calamidade, precário ou inexistente acesso aos serviços públicos, fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento

social decorrentes de discriminação etárias, étnicas ou de gênero. Ainda segundo a mesma política, esse serviço será executado principalmente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), através do Programa de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF). A Proteção Social Especial pode ser dividida em média e alta complexidade. A primeira, que é oferecida nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), tem como objetivo assegurar o reestabelecimento de vínculos e novas referências éticas, morais e afetivas para a reconstrução de projetos de vida e autonomia. Já a proteção de alta complexidade tem como finalidade o atendimento a famílias e as pessoas, cujos direitos foram violados e a ruptura total de vínculos, nos Centros de Acolhimento. Aprovada através da resolução n 109, em 11 de novembro de 2009, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais pode contribuir para a qualidade dos serviços.

O objetivo da política é de normatizar os serviços oferecidos pelo SUAS, estabelecendo nomenclatura, formas de acesso, o período de funcionamento, impacto esperado, as aquisições dos usuários através do serviço, entre outros. O novo desenho da Política de Assistência Social busca romper com a tradição de atendimentos pontuais, dispersos, descontínuos e fragmentados, voltados para situações limites extremas, assumindo uma dimensão preventiva, em nível de atenção básica, além daquela dirigida para situações de média e alta complexidade, quando o risco ou violação de direitos já ocorreu (TEIXEIRA, 2010, p. 5).

1.4 Um breve Histórico dos Programas de Transferência de renda no Brasil.

A perspectiva da pobreza relativa “define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão (...). Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos ‘relativamente pobres’ em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos.” (ROCHA, p.11, 2003).

Os programas de transferência de renda têm-se tornado fundamental como política social em muitos países com elevado número de famílias pobres, cujo objetivo é o de criar uma rede de proteção social para as populações mais carentes. Todavia, muitos países ricos também já adotaram ou ainda possuem programas que transferem recursos para famílias que vivem num determinado patamar de pobreza (AFONSO, 2006). O modelo de proteção existe na América Latina desde a década de 30 até a década de 70 do século XX baseava-se no

emprego formal que garantia aposentadorias pensões e benefícios por acidente de trabalho e assistência à saúde tendo como pré – requisito a contribuição prévia.

Vale ressaltar que o não contribuintes dependia da assistência social. Os programas de transferências monetárias foram criados sem este vínculo. Além disso, os programas estabeleceram condicionalidades com o intuito de elevar os níveis de educação, reduzir a evasão escolar e o trabalho infantil e, também, melhorar os indicadores de saúde e nutrição.

Nos países que apresentam o programa o mesmo não tem necessariamente a mesma formatação. Todavia, os seus beneficiários são focalizados nas famílias extremamente pobres ou pobres, com crianças ou adolescentes.

A transferência de renda assume um papel na sociedade brasileira, com estratégias de enfrentamento, tendo como eixo central o repasse monetário às famílias, articulando à possibilidade de acesso e inserção a demais serviços sociais nas áreas de educação, saúde, trabalho na perspectiva da autonomização das famílias beneficiárias.

O senador Eduardo Suplicy em 1991 apresentou no Senado Federal o Projeto de Lei nº80/1991, procurando o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), para beneficiar todos os brasileiros residentes no país, maiores de 25 anos de idade com renda que correspondesse hoje em média a 1,5 salários mínimos.

Ainda em 1991 Camargo propõe a necessidade de articulação da garantia de uma renda mínima familiar com a educação, nesse caso, a família com os filhos ou dependentes de 05 a 16 anos. Em 1993 em outro artigo escrito propõe, famílias com filhos ou dependentes de 07 a 17 anos. Nesse sentido a família entra como unidade básica de atenção desses programas.

Conforme estudo realizado por Silva e Silva (2006) em 1995 surgiram às primeiras experiências do Programa de Renda Mínima/Bolsa Família, inicialmente em Campinas, Brasília e Ribeirão Preto, estabelecendo – se vários municípios e Estados brasileiros. em 1996, foram iniciadas as primeiras experiências de iniciativa do Governo Federal, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Benéfício de Prestação Continuada (BPC). Em 1999 foram iniciadas as experiências Estaduais.

Ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2001, foram ampliados os programas federais com a criação do Programa Bolsa Escola e Bolsa Alimentação. Essa ação do governo intensificou os debates em defesa de uma Renda de Cidadania, para todos os brasileiros. Em 2003 o Presidente Luiz Inácio ao assumir o governo adotou como meta principal o enfrentamento da fome e da pobreza, no país, colocando as políticas Sociais como mecanismo de ação aos sujeitos político e social, articulando – as a uma Política Econômica,

assim lançou a proposta de unificação dos Programas de Transferência de Renda (SILVA E SILVA, 2006. p28).

Ao proporcionar a integração se buscou estabelecer um novo marco para a política social do país que se distinguisse da tradição assistencialista e fragmentada. o objetivo era integrar as políticas e aperfeiçoar os mecanismos de gestão para que o uso dos recursos fosse mais racional e houvesse uma articulação de iniciativas de diferentes órgãos bem como um estímulo para a comunidade participasse da gestão. Assim foi criado o Programa Bolsa Família Federal, sendo um dos programas de transferência de renda na contemporaneidade de importante destaque.

O programa Bolsa Família (PBF) foi instituído pela medida Provisória nº132 de 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº10.836 de 09 de janeiro de 2004, estabelece com seus objetivos a segurança alimentar e nutricional, a erradicação da extrema pobreza e a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulneráveis à fome.

CAPÍTULO 2 – CONTEXTUALIZAÇÃO OS CAMPOS DE PESQUISA O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS/SP.

Apresentamos e delinearemos neste capítulo, características do município de Fernandópolis – SP, e a história da política de assistência do município, destacando os Bairros Jardim São Francisco, Jardim Ipanema e Jardim Redentor nos quais foram realizadas as coletas de dados das famílias pesquisadas e os perfis dos usuários atendidos neste local pelo CRAS “Nova Era”.

2.1 Breve Apresentação do Município de Fernandópolis/SP.

Fernandópolis foi fundada em 22 de maio de 1939 por Joaquim Antônio Pereira e em 2015 completou 76 anos. O município é localizado na região nordeste do estado de São Paulo, possui 64.986 habitantes (SEADE/2012). E possui como prefeita atual Ana Maria Matoso Bim e Vice – prefeito José Carlos Zambom. A prefeitura de Fernandópolis – SP, possui 15 secretarias, porém a responsável pela gestão da Política de Assistência do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que tem como objetivo definir e desenvolver políticas sociais destinadas aos que vivem à margem dos meios de produção e dos benefícios da sociedade, e destinadas à melhoria da qualidade de vida do cidadão, bem como articular as políticas sociais básicas.

Dentre 64.986 habitantes (SEADE/2012), deste total, aproximadamente, 16.465 famílias têm uma renda em média que varia de 1 (um) a 2 (dois) salários mínimos mensais. Fernandópolis, conforme o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) é um município de médio porte com gestão plena da Assistência Social, e conta atualmente com 04 (quatro) unidades de CRAS cada com aproximadamente 2 mil a 5 mil famílias referenciadas, a economia do município é voltada principalmente para agricultura e pecuária que detêm parte significativa da população que possui pouca escolaridade e qualificação profissional. O analfabetismo do município hoje é de aproximadamente 7.000 (sete mil) pessoas. Cabe ainda ressaltar o desemprego sazonal que acomete uma parcela significativa da população, composta por trabalhadores diaristas no corte de cana, essa população fica nos períodos entre safras expostos a situações de insegurança alimentar, vulnerabilidade e risco social necessitando de intervenções da rede socioassistencial do município.

2.2 Contextualização a Histórica da Política de Assistência Social no Município de Fernandópolis/SP.

De acordo com o Plano de Assistência Social da Cidade de Fernandópolis, foram pesquisadas as leis municipais que tratam da estrutura administrativa do poder público municipal definida para as gestões do município a partir de 1990. Em 05 de abril de 1990 foi definida a primeira forma de organização da assistência social pelo poder público municipal com os artigos:

Art. 150 - O Município, dentro de sua competência, regulará o serviço social, favorecendo e coordenando as iniciativas particulares que visem a esse objetivo.

§ 2º – O Plano de Assistência Social do Município, nos termos que a lei estabelecer, terá por objetivo, a correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados, visando a um desenvolvimento social harmônico, consoante ao previsto no Art. 203 da Constituição Federal.

Art. 151 - Compete ao Município, suplementar, se for o caso, os planos de previdência social, estabelecidos na lei federal.

Art. 152 - Compete ao Município estabelecer uma política de Assistência Social, por meio de programas e projetos na área de promoção social, que serão organizados, elaborados, executados e acompanhados com base nos seguintes princípios:

I – participação deliberativa da comunidade;

II – descentralização administrativa, respeitada a legislação federal e estadual, cabendo ao Município a coordenação e execução de programas, consideradas as comunidades como instâncias básicas para o atendimento e realização dos programas;

III – integração das ações dos órgãos e entidades da administração em geral, compatibilizando programas e recursos e evitando a duplicidade de atendimento entre as esferas estadual e municipal.

Parágrafo único – A participação da comunidade se dará através de um Conselho Municipal de assistência, com caráter deliberativo, formado por dirigentes de entidades sociais e sindicais, técnicos e usuários, garantida a paridade entre estas categorias de representação.

Art. 153 - O Município criará e manterá um órgão de assistência social, a nível de departamento, sob a direção de profissionais da área social, com a competência de definir, executar e articular as atividades da área.

Art. 154 - O Município subvencionará os programas desenvolvidos pelas entidades assistenciais filantrópicas e sem fins lucrativos, desde que cumpridas as exigências de fins dos serviços de assistência social a serem prestados.

Art. 155 - O Município criará o Conselho Municipal do Menor, cuja composição e regulamentação serão feitas através de legislação complementar.

Pensar a rede socioassistenciais é importante para o entendimento dos níveis de proteção da assistência social e suas áreas de abrangências no território de vulnerabilidade. [ca da Assistência Social. O CMAS](#)

A criação dos conselhos municipais de Assistência Social está definida na Lei Orgânica da Assistência Social o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Fernandópolis/SP, foi instituído pela Lei 2.70, em 27 de novembro de 1995, junto com o Fundo Municipal da Assistência Social. Em 19 e setembro de 2011 uma nova Lei Municipal, de nº 3.860 criada para reestruturar o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), de Fernandópolis/SP, de modo que alcançasse a garantia dos usuários da assistência social.

Antes era chamado de Departamento de promoção Social, depois foi reestruturado para Bem Estar Social, e passou por outra reestruturação e passou para Diretoria de Assistência Social e hoje é chamado de Secretaria de Assistência e Cidadania.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) tem função de exercer o controle social, que é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e a avaliação da política de assistência social desenvolvida pela prefeitura e dos recursos financeiros destinados à sua implementação, considerando, também, a atuação de rede socioassistenciais como co – gestora da Política de Assistência Social do Município.

Desde as primeiras reuniões de 1994 que foram essenciais para a implantação que deram passo inicial para a existência da Secretaria de Assistência Social no município até 2015, foram-se 21 anos de Assistência Social em Fernandópolis/SP, tendo nove anos de conquista.

A Secretária Municipal de Assistência possui natureza totalmente pública, com caráter governamental, visto que não cobra em espécie alguma os serviços prestados aos indivíduos, e se mantém com recursos das três esferas do governo (federal, estadual e municipal). Na área da assistência social, o município conta com 17 entidades privadas que são regulamentadas pela Secretária da Assistência Social; cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Atualmente há quatro (04) Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no Município de Fernandópolis/SP, considerados territórios de grande vulnerabilidade e risco social nas Políticas de Assistência Social.

A primeira instituição implantada foi o CRAS Vida Nova, em 2007, localizado na Rua: Maragogipe, nº 45, Bairro São Cristovão, com 2.500 famílias referenciadas atendendo 32 bairros referente.

A segunda instituição implantada foi o CRAS Recanto dos Oitis, em 01/12/2007, localizado na Rua: Antonio Maschio, nº 63, Jd Iguatemi, com 3.500 famílias referenciadas atendendo 22 bairros referente.

A terceira instituição implantada foi o CRAS, Bem Viver em 27/05/2009, localizado Rua: Santa Luiza, nº 666, Corinto, com aproximadamente 5.000 famílias referenciadas atendendo os bairros:

A quarta instituição implantada foi o CRAS, Nova Era em 2010 localizado na Rua: Renato Cesario Borges, nº250, Jd Independente, com aproximadamente 5.000 famílias referenciadas atendendo 30 bairros sendo Jardim Redentor, Ipanema, Paulistano, Vista Alegre, Acapulco, Parque Industrial, Parque das Nações, Jardim Bela Vista, Santa Bárbara, Morada do Sol, Hilda Helena, São Lucas, Residencial Liana, Vila Regina, Pôr do Sol,

Independente, Aparecida, Água Vermelha, Vila São José, Vila Neves, Loteamento Benedito Guedes, Santa Catarina, Santa Luzia, Santa Izabel, Bom Jesus, Vila Nova e Bela Vista, São Francisco.

CAPÍTULO 3 – CAMPO DE PESQUISA E PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDA NO CRAS “NOVA ERA” DE FERNANDÓPOLIS – SP.

CRAS escolhido para realização desta pesquisa foi o CRAS “Vida Nova” por ser um campo em que estou inserida como estagiaria e acadêmica de Serviço Social.

O CRAS “Vida Nova” é um dos mais recentes, foi inaugurado no ano de 2010, no mês de maio de 2010 a equipe técnica iniciou os atendimentos através do Programa de Atenção Integral a Família (PAIF). Dentro os serviços constituídos como função do CRAS, o PAIF deve ser exclusivamente, por ser ofertado, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil 2009, p.6).

O PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria e de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo [...].

O território de abrangência do CRAS “Nova Era” refere – se a 32 bairros, os bairros do território do CRAS “Nova Era” em sua maioria são antigos, tendo sido construídos conjuntos habitacionais, desta forma, ainda há uma predominância na região de casas com formato original, de alvenaria, com reboco, com saneamento básico (Tratamento de água e esgoto), rede de iluminação e de coleta de lixo.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o CRAS é Instituído como:

“[...] unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange a um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio – assistenciais locais da política de assistência social” (PNAS, 2004, p.29).

O CRAS “Nova Era” funciona de segunda à sexta – feiras das 08:00 às 17:00 horas, em imóvel alugado pela Prefeitura de Fernandópolis – SP, composto de espaços destinados para recepção, 01 salas de atendimento, salas atividades coletivas e comunitárias, salas para técnicos e estagiários para atividades administrativas, instalação de sanitários, com adequação iluminação, ventilação limpeza em todos os ambientes.

O CRAS “Nova Era” trabalha com uma equipe interdisciplinar composta por: 01(uma) Coordenadora, assistente social; 01(uma) assistente social; 02 (duas) psicólogas; 01(uma) auxiliar administrativo; 01(uma) auxiliar de serviços gerais; 01(uma) acadêmica de serviço social; 01(uma) acadêmica de psicologia.

Além desta equipe mencionada acima, existe também dentro do CRAS “Nova Era” uma equipe que trabalha especificamente com o Programa PAIF e Renda Cidadã, PBF 01 Assistente Social 01 Psicóloga.

As famílias que procura os atendimentos do CRAS pela primeira vez é orientada a participar do grupo de acolhida, conforme sua demanda, com agendamento prévio para que o usuário seja melhor atendido.

Para as famílias já cadastradas no CRAS “Nova Era”, seu retorno é realizado por agendamento técnico ou inscrição nas demais atividades de acompanhamento. As atividades em grupo, em sua maioria de convivência ou motivacionais, foram formados a partir de demandas identificadas no próprio território, no movimento de articulação com a rede local.

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009, p. 7) os usuários dos CRAS são:

Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial: Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas; famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros; pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

O público-alvo do CRAS “Nova Era” são famílias do seu território de abrangência, em especial, aquelas em situação de vulnerabilidade social, tendo prioridade os beneficiários do Programa Bolsa Família (BPF) e do Benefício Prestação Continuada (BPC).

3.1 Campo de Pesquisa: Os Bairros Pesquisados:

Essa breve contextualização territorial permite uma primeira aproximação para entender a composição dos Bairros pesquisados, contribuindo para compreensão das características de quem busca e frequenta a instituição.

O Bairro Redentor foi aprovado pela lei nº 2.436 de 13 de Maio de 1999, é formado por 06 ruas nas quais tem estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços. A população do bairro é estimada em 400 habitantes. É uma área de alta densidade de ocupação, classificada como urbanização inadequada para formação da vida coletiva e social. O bairro em questão foi escolhido por apresentar um grupo populacional vivendo em situação de risco e vulnerabilidade social. O local é caracterizado pela existência de graves problemas sociais, ambientais, desemprego, instabilidade profissional, além de evasão e baixa assiduidade escolar.

O Bairro São Francisco foi aprovado pela lei 10.829/10 em 25/02/2011 é formado por 10 ruas quais não são estabelecimento públicos, comerciais, industriais e de prestação de serviços. A população estimada do bairro é estimada em 1500 habitantes. O local é caracterizado pela existência de graves problemas sociais por si tratar de um bairro novo no município esta com pouca estrutura para instabilidade das famílias que se encontra no local. Com falta de escolas, posto de saúde comercia etc.

O Bairro Ipanema foi implantado em 12/03/1979 apesar de ter passado 36 anos de implantação nada foi feito, no bairro tem falta de investimentos em todos os setores, o serviço de saneamentos básico e lixo andam muito desfavoráveis e muito resíduos dispostos e muitas casas ainda não são construídas com estrutura de alvenaria nos quais se evidenciam precárias condições de moradia.

3.2 O Percurso Metodológico da Pesquisa de Campo:

A realização desta pesquisa partiu de um estudo que permitisse conhecer a vida das famílias em situação de pobreza e desigualdade social. Sabe – se que, nos bairros, mas afastados do centro comercial são de maior vulnerabilidade social. Por isso escolhi os bairros de referencia do CRAS “Nova Era”, sendo Jardim Redentor, Jardim Ipanema, Jardim São Francisco. Dentro do território onde estão instalados e a tal situação priva aqueles que têm direitos do acesso aos mesmos.

Delimitei as famílias como foco da pesquisa por ver de perto a situação que elas vivenciam, através de visitas domiciliares e de atendimentos particularizados e, não apenas, pelo critério de renda per capita.

O caminho metodológico traçado para alcançar os objetivos proposto nesta pesquisa foi estruturado a partir da pesquisa qualitativa. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a fim de levantar dados referentes ao assunto em questão. Posteriormente,

realizou-se uma pesquisa de campo (qualitativa exploratória), cujos dados foram obtidos na realização de entrevistas semiestruturadas acerca de sua percepção das famílias

A dialética é o pensamento crítico que propõe a conhecer a coisa em si e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade.

Para Kosik (2002) argumenta que:

[...] O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações tem de destruir a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia. O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo de aparências se desvenda o mundo real. (KOSIK, 2002, p. 20).

Essa escolha deve – se, ainda, à aproximação com o projeto ético – político do Serviço Social, que busca a garantia dos direitos humanos, bandeira histórica de luta dos trabalhadores, opta pela liberdade como princípio ético fundamental e visa criar por meio de suas ações objetivas para a defesa dos valores relacionados a este princípio. São esses aspectos que caracterizam a dimensão política da profissão.

De acordo com Lefebvre (1991, p. 237):

Representada nesse o universal concreto. Fornece leis que são supremamente objetivas, sendo ao mesmo tempo leis do real e leis do pensamento, isso é, leis de todo movimento, tanto no real quanto no pensamento. [...] as leis do método devem ser concretas no sentido de que nos permitem penetrar em toda a realidade. Com efeito, são as leis internas, necessárias de todo devir: de todo os objetos e de cada objeto, do universo como totalidade e de cada objeto como parcela do universo. [...] o método é alternadamente a expressão de leis universais e o quarto da aplicação dela ao particular; ou ainda, o meio, o instrumento que faz o singular subsumir – se ao universal.

Além das categorias do método, foram trabalhadas as categorias explicativas da realidade que se originam do problema de pesquisa e das questões norteadoras quais sejam: O lócus de execução da pesquisa é o município de Fernandópolis SP, que se constitui num município de médio porte com a população estimada em 64.696 Mil habitantes (dados do Plano Municipal de Assistência Social). Trata de um município habilitado de gestão plena, conta com ações de proteção social especial de media e alta complexidade.

Vale ressaltar a necessidade de avaliar de forma qualitativa e quantitativa a realidade do processo de implantação da Política da Assistência Social no Município de Fernandópolis foi necessário envolver como sujeitos da pesquisa: O Gestor da Política da Assistência Social;

os Conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social; as Equipes técnicas do CRAS “Nova Era”.

Foram realizados junto ao Gestor da Política da Assistência Social, os Conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social, as Equipes técnicas do CRAS “Nova Era”, uma busca histórica para a possibilidade de discorrer com sobre o tema.

Considerando a necessidade de avaliar a forma com os bairros pesquisados como foi implantados foi necessário envolver como sujeitos da pesquisa: O SOP – Sistema de Ouvidoria Pública; a Secretaria Municipal de Planejamento; a Secretaria Municipal de obras e Habitação e Urbanismo; e a Secretaria Municipal de Serviços de Infraestrutura.

Vale destacar que essas Secretarias não tinham informações completas dos Bairros Pesquisados e colocou a disposição as documentações necessárias para realização do trabalho tiveram certa dificuldade de encontrar os documentos foram necessárias varias visitas na Secretaria de Obas e Habitação e Urbanismo para encontrar o históricos dos bairros pesquisados.

Já a secretaria municipal de assistência social permitiu a participação em reuniões de trabalho, observação de diferentes espaços e permitiu o acesso a informações dos prontuários das famílias atendidas no CRAS “Nova Era”. O clima entre a equipe foi de muita cordialidade e colaboração.

A coleta de dados com sujeitos participantes foi realizada por meio de uma entrevista do tipo semi – estruturadas, com perguntas fechadas seguindo de um roteiro previamente elaborado, foi através dessa entrevista semi – estruturada que verificamos as estratégias apresentada pelas as famílias em situação de pobreza e desigualdade social.

O Centro de referência de Assistência Social (CRAS) “Nova Era” foi o campos de pesquisa e onde ocorreu uma parte das entrevistas, a outra parte ocorreu na residência dos usuários conforme o território de abrangência, com isso vale ressaltar que a escolha dos campo de pesquisa se deu pelo fato de estar inserida como acadêmica de Serviço Social na instituição, o que facilitou o acesso aos usuários com o perfil que se busca nessa pesquisa e a coleta de dados necessários.

Optou se por estes bairros Jardim Ipanema, São Francisco, Jardim Redentor por abrigar em seu interior problemas de prostituição, trafico de drogas, e ter uma grande quantidade de famílias no mercado informal, e também chamou atenção o fato de famílias em situação de pobreza e desigualdade social.

Em relação aos sujeitos participantes da pesquisa, foram realizadas 30(trinta) entrevistas sendo: 10 Famílias do Bairro São Francisco; 10 Famílias do Bairro Ipanema; 10

famílias do Bairro Redentor; todas que residem no Território do CRAS “Nova Era”. Vale ressaltar que as famílias pesquisadas recebeu um termo autorização para a pesquisa e aproveitando o momento foi orientada sobre a importância da entrevista. O acesso a estes sujeitos foi através de atendimento por demandas espontânea, realizada na instituição, e por visita domiciliar.

A escolha por essa abordagens metodológicas foram fundamentais para a pesquisa, por esta dentro da realidade vivenciada pela as famílias em situação de pobreza e desigualdade social, vale ressaltar que proporcionou ir além de descrever um objeto, mais também ir identificar diferentes experiências sociais.

3.3 – Caracterização dos sujeitos envolvidos:

Em relação dos sujeitos da pesquisa para que não haja dificuldade durante o análise da pesquisa segue na tabela abaixo a forma de leitura dos gráficos.

Bairros Pesquisados	Numero de Famílias	Total
Jardim Redentor	10	
Jardim Ipanema	10	
Jardim São Francisco	10	
		30

Para realizar a análise socioeconômica foram agrupados os 03 (três) bairros pesquisados em uma só tabela.

3.4 – Análise da Pesquisa:

Neste tópico será realizada a exposição dos dados coletados durante a pesquisa seguido de uma análise de quantitativa e qualitativa a partir das quais será calculado o Índice de Liberdade das famílias pesquisadas e, em seguida, será avaliada a tabulação dos dados, a tabulação significa organizar os dados em tabelas, para serem analisados por processo de técnicas de análise estatística.

Segundo MATTAR (1996) a tabulação pode ser manualmente, mecânica, eletrônica ou parcialmente manual e eletrônica.

Neste trabalho foi realizada tabulação eletrônica, onde cada questão será recriada em tabelas no Excel, existido uma coluna, para cada opção de respostas das questões fechadas. Os dados foram digitados nas planilhas do Excel, com eles, poderá ser elaborados gráficos para facilitar a análise dos resultados.

Buscarei descrever algumas experiências vivenciadas ao longo desta pesquisa, como as reações das entrevistadas a algumas perguntas, os relatos mais comoventes, os mais bem-humorados, enfim, algumas percepções de campo que não foram expostas em números, mas que muito têm a acrescentar ao nosso estudo.

3.5 – O perfil socioeconômico das Famílias dos Bairros Pesquisados Referente o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS “Nova Era” Fernandópolis – SP.

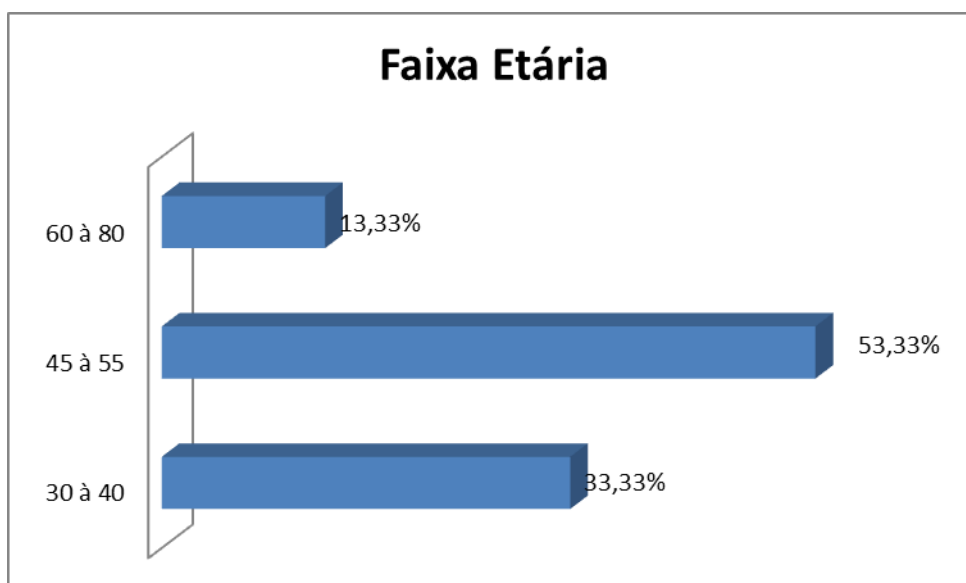


Gráfico 2 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Como pode ser observado os aspectos a ser considerado é a distribuição dos responsáveis familiares por faixa etária, analisando esses dados revela que a maioria dos chefes de famílias, possui 53,33% entre 45 á 55 anos, e 33,33% entre 30 á 40 anos e 13,33% com a idade de 60 á 80 anos.

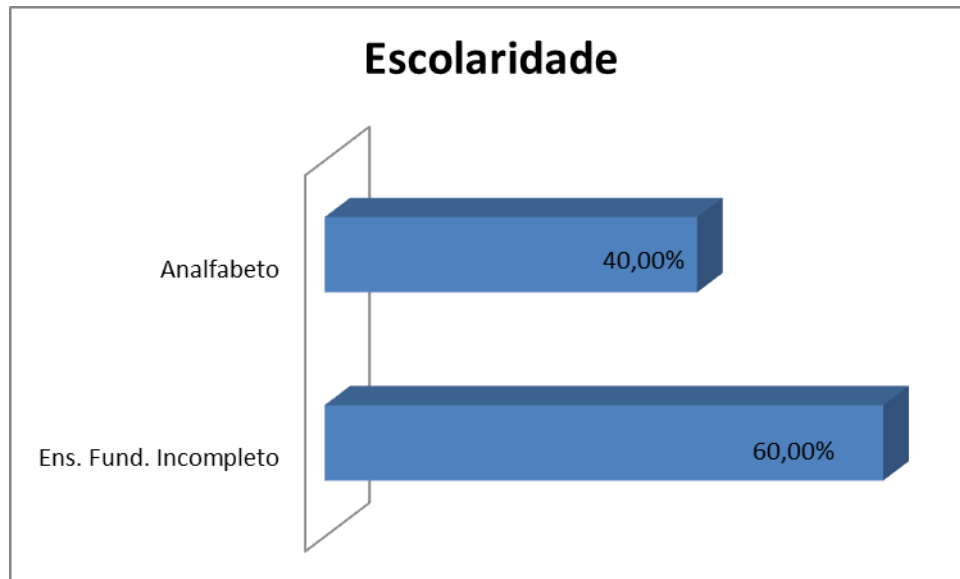


Gráfico 3 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Quanto à escolaridade dos responsáveis familiar das 30 famílias entrevistadas há um percentual significativo de pessoas analfabetas, nota que cerca 40,00%, da mostra não completou em sequer o ensino primário e os 60,00% não concluíram o ensino Fundamental.

Diante dessa amostragem a baixa qualificação implica como em dificultador ao acesso ao trabalho, entretanto a não empregabilidade não é uma consequência exclusiva da baixa escolaridade como demonstra Castel (1998, p. 520):

“É verdade que, estatisticamente falando, as “baixas qualificações” fornecem os maiores contingentes de desempregados. Mas esta correlação não implica uma relação direta e necessária entre qualificação e emprego”.

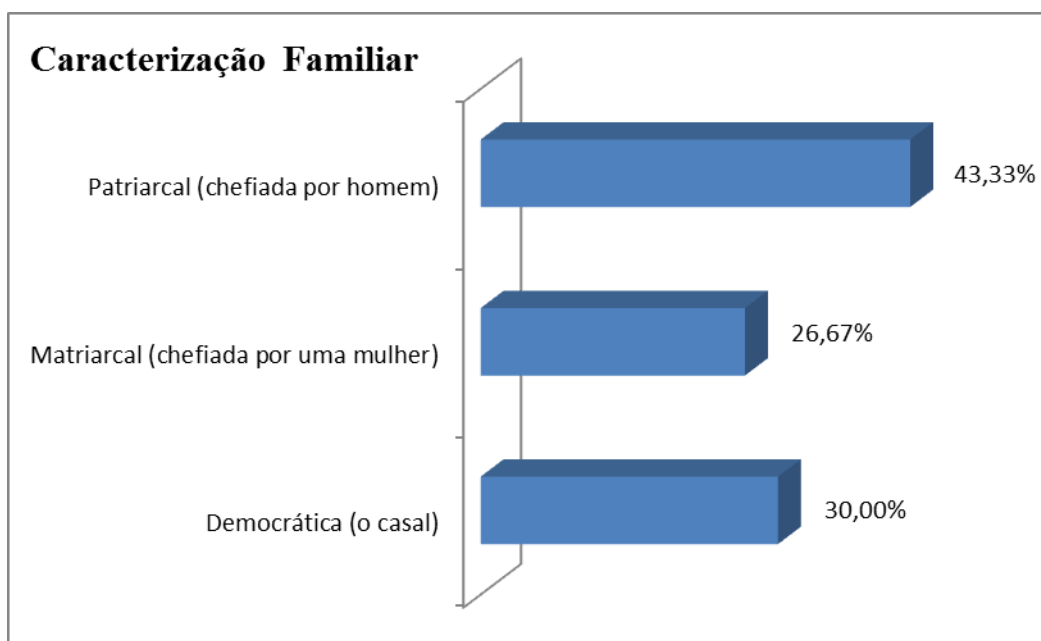


Gráfico 4 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Com estes dados observamos as diferentes constituições da família, pois cada uma possui uma realidade diferente da outra e sua composição varia de acordo com cada grupo familiar, predominando.

Constatamos que das 30 famílias entrevistadas se enquadram no tipo patriarcal (chefiada por homem), com 43,33%, em segundo lugar o tipo democrata (o casal), 30,00%, e em terceiro lugar o tipo matriarcal (Chefiada por uma mulher) com 26,67%.

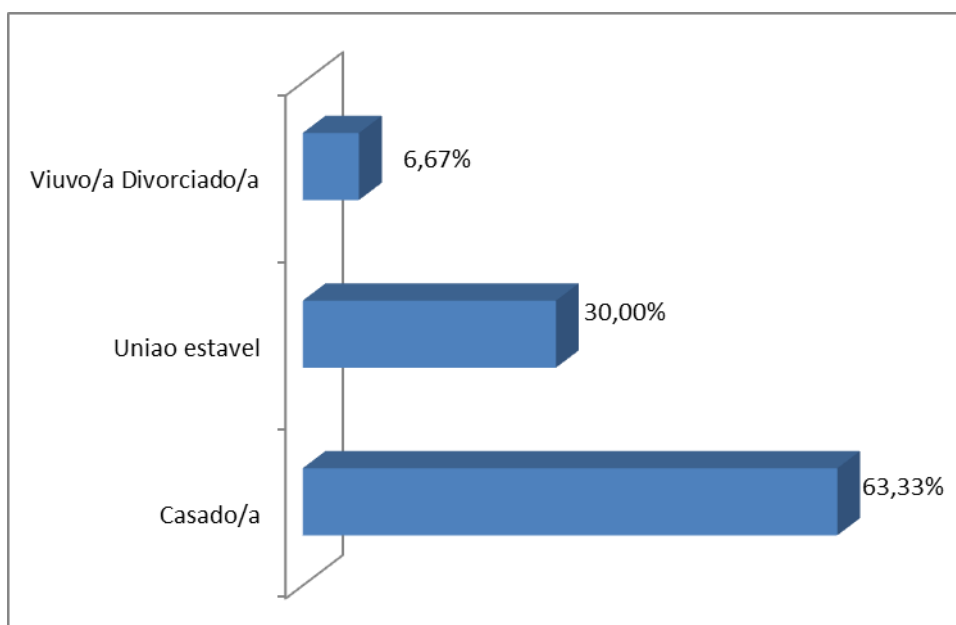


Gráfico 5 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Quanto ao Estado Civil dos Responsáveis há uma predominância de casais casado com 63,33%, em união estável, representando 30% do total de famílias analisadas e 6,67% são viúvo/a, e divorciado/a.

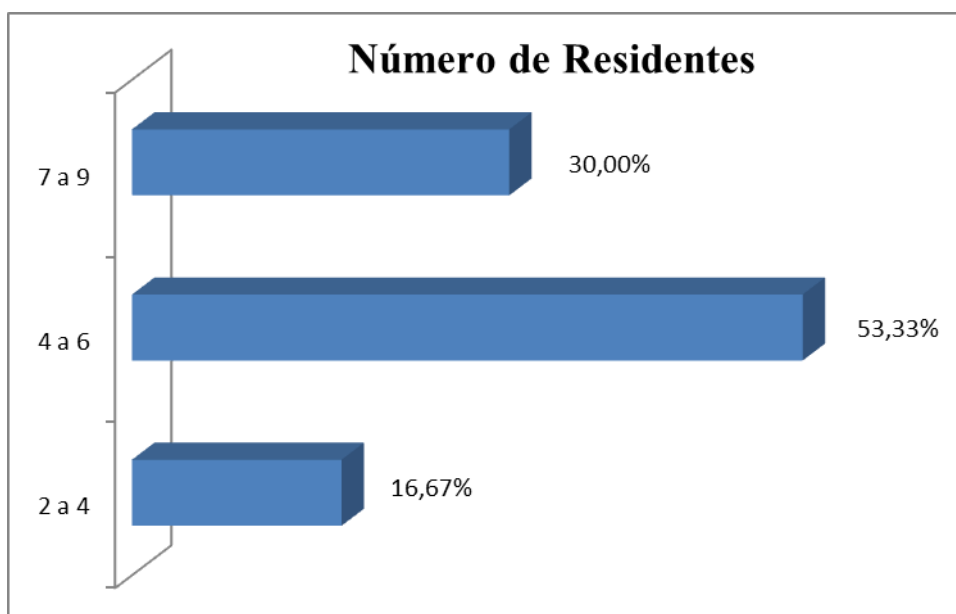


Gráfico 6 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Quanto à composição familiar, dos grupos familiares analisados, o número residentes no mesmo teto, é em sua maioria núcleos com 4 e 6 pessoas, representando 53,33% do total, e 7 à 9 representado 30% é importante destacar que as famílias com um número elevado de membros compõem uma situação de precariedade por que a renda per capita costuma ser baixa, demonstrando assim a gravidade das condições de precariedade em que estes grupos estão expostos, e de 2 à 4 representado com 16,67%.

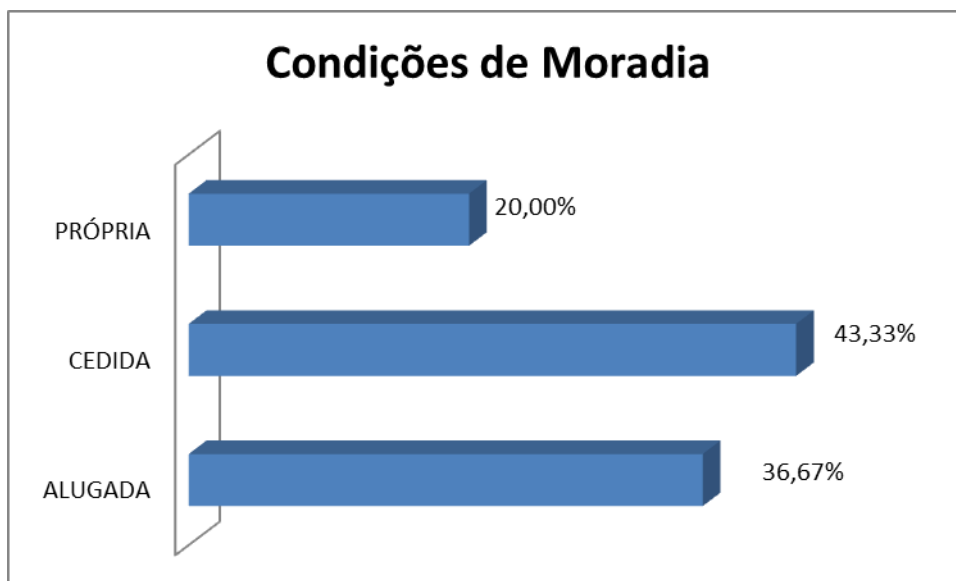


Gráfico 7 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

No que refere condições de moradia vale destacar que 43,33% moradores morar em casa cedida por amigos, familiares ou até igreja pra morar sem pagar aluguel, poucas famílias possuíam escritura formal, que atestava sua propriedade.

Os domicílios próprios cerca de 20,00% dispunham de uma documentação assegurado valor jurídico. E as famílias com moradia alugada 36,67%. Vale ressaltar que apesar das residências a maioria cedidas das famílias entrevistadas a maioria das casas é construída com tijolos; com piso cerâmica e possuía 3 à 4 cômodos.

É fundamental e constitucional a importância da moradia para o ser humano, pois dispõe de mecanismos básicos de amparo físico e moral de cada pessoa, e também garantir a cidadania. Além de ser fundamental à vida humana de forma particular, ela igualmente é importante para a vida em sociedade, de tal forma que se constitui o direito de todo cidadão.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos garante o direito à propriedade, seja ela privada ou coletiva. Direito compreensivo disposto na Constituição Brasileira, o que justifica a atribuição de uma habitação para a retidão do homem nas diversas fases da vida, sobretudo, no tocante à constituição familiar.

Contudo, ainda existem no Brasil indivíduos privados do direito de ter um lar, da assistência social, portanto, se faz necessário urgentemente a construção e distribuição de casas populares com eficácia e menos burocracia, quer seja na doação de lotes e materiais de construção para famílias necessitada.

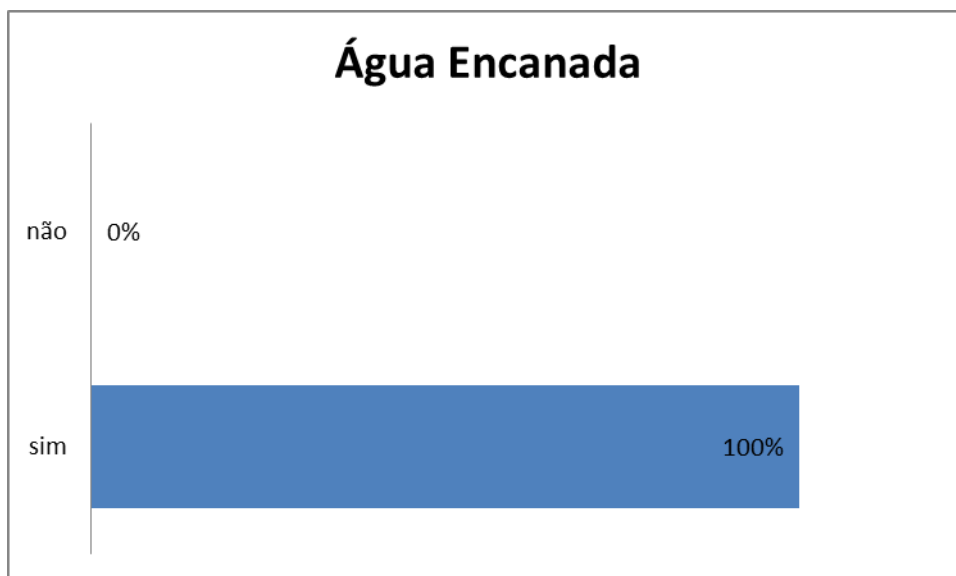


Gráfico 8 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Como pode ser observado, o gráfico está composto com 100% de água encanada. Essa realidade mostra que o serviço está sendo efetivado.

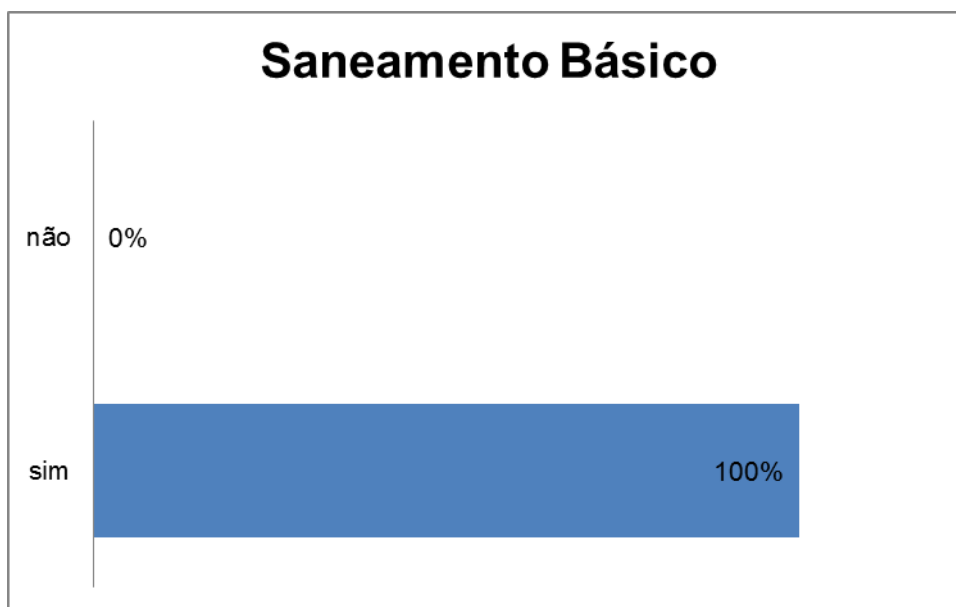


Gráfico 9 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

O Gráfico mostra 100%, de saneamento básico. Um serviço público e direitos de todos.

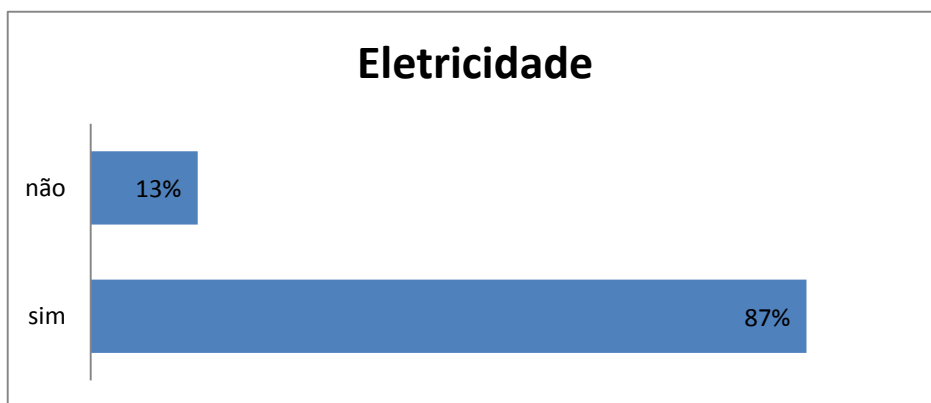


Gráfico 10 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Como pode ser observado, o gráfico são compostos por um enorme número de acesso a eletricidade com 87%, já sem acesso são 13%.

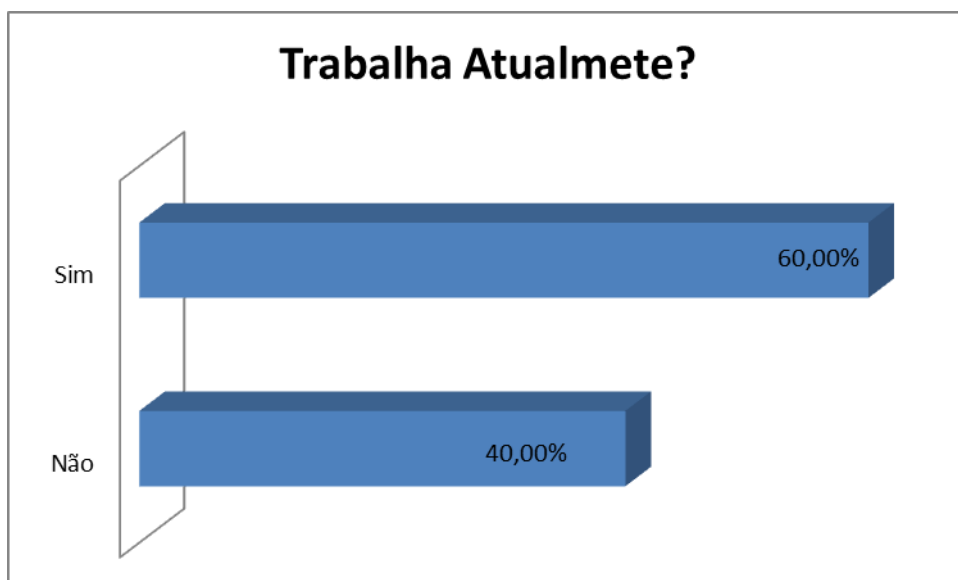


Gráfico 11 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Como podemos ver no gráfico as famílias que trabalham atualmente com 60% responderam que sim, e 40% não trabalham atualmente.

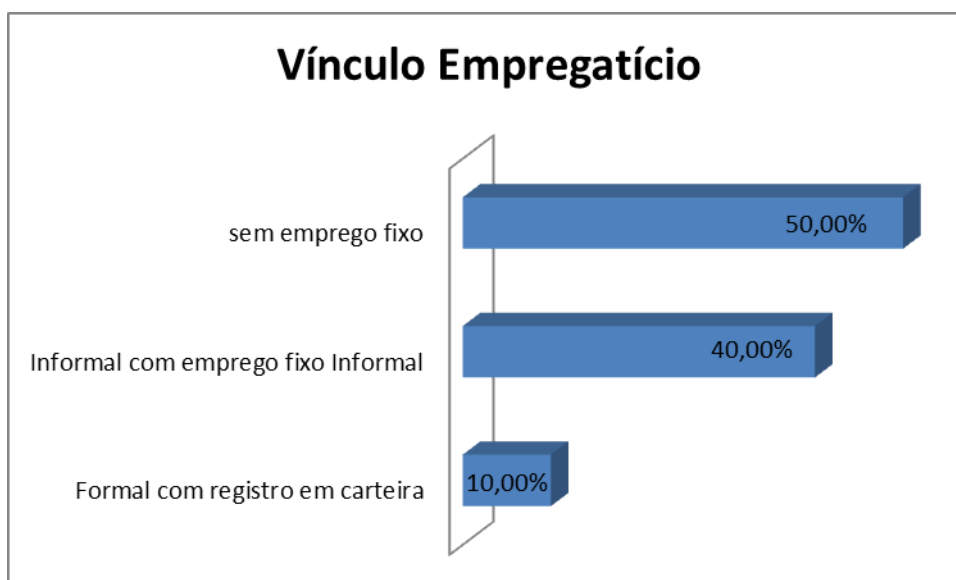


Gráfico 12 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Em relação ao vínculo empregatícia nota se um número muito baixo de participantes que possuem registro na carteira de trabalho, apenas 10% dos entrevistados possuem atualmente carteira registrada em exercício. Por outro lado, podemos observar um grande número de participantes que não estão inseridos em nenhum trabalho fixo 50%. Em relação ao informal com emprego fixo informal temos 40%.

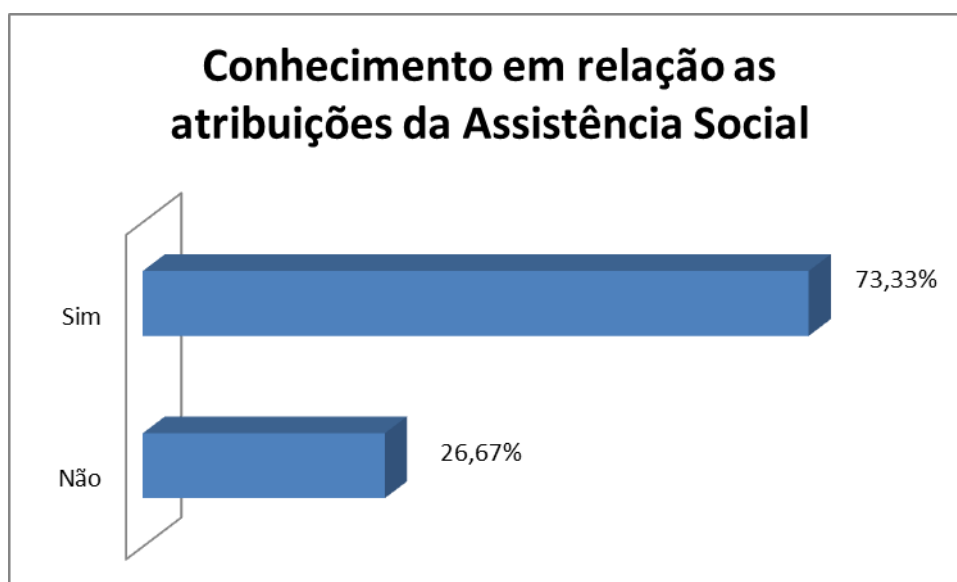


Gráfico 13 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Em relação a conhecimento em atribuições da assistência social temos 73,33 Participaste que conhece as atribuições. Mas 26,67% não conhecem as atribuições da assistência,

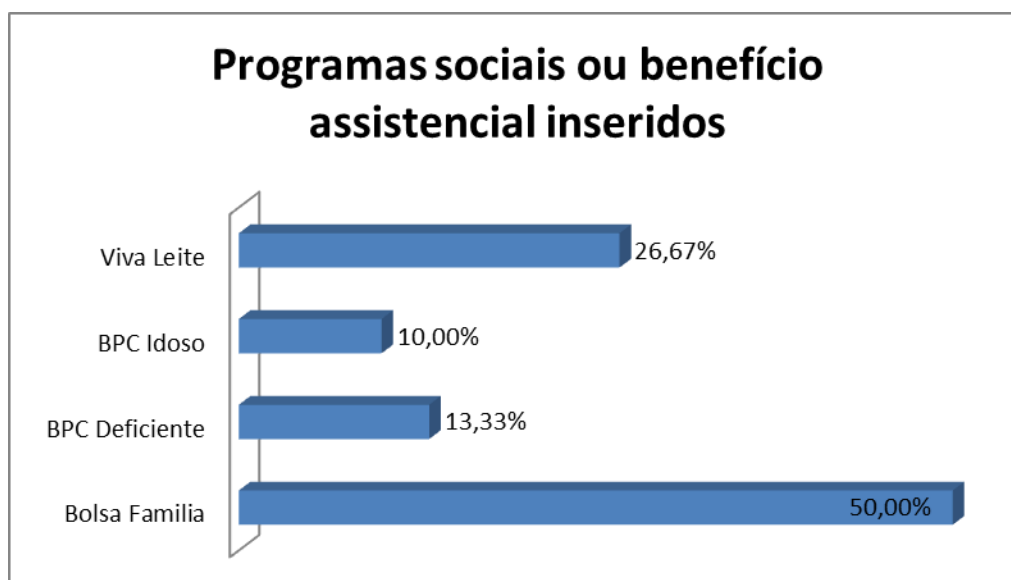


Gráfico 13 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Dentre os 4 programas sociais que os entrevistados estão inseridos, o programa com maior percentual de participantes é o programa Bolsa Família com 50%, seguido do Viva Leite com 26% dos participantes entrevistados. Já o BPC Deficiente com 13,33% e o BPC Idoso com 10% dos entrevistados.

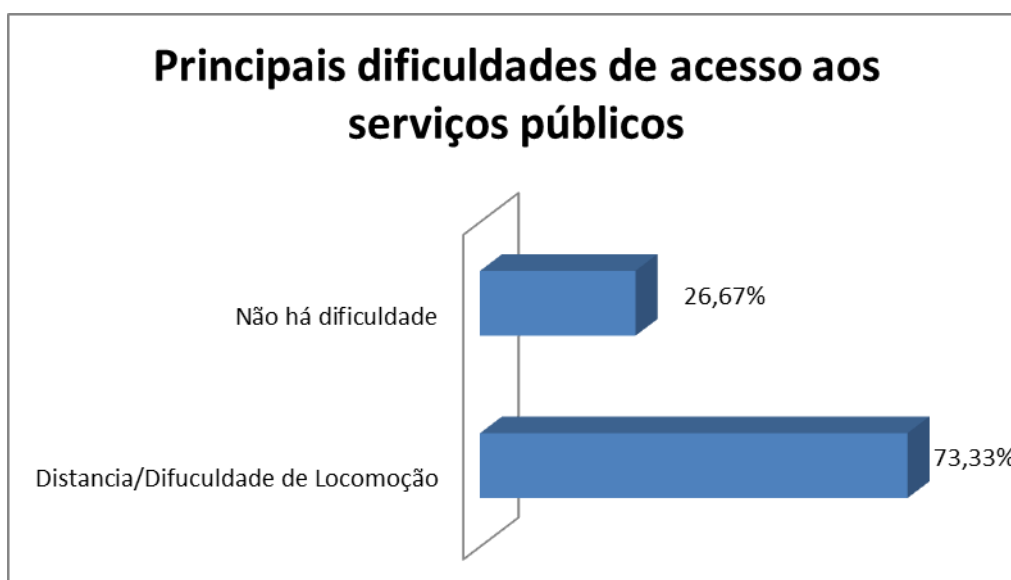


Gráfico 14 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Quanto à Principais dificuldades de acesso os serviços em especial a assistência social, nota-se que é grande o número de famílias com dificuldade de distancia 73,33%. E as famílias que não há dificuldade 26,67%.

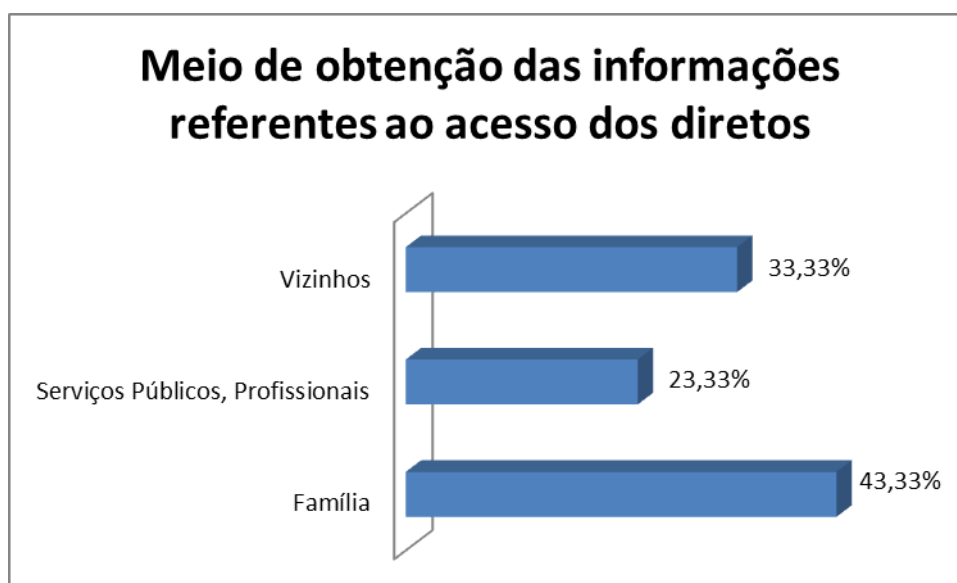


Gráfico 15 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Conforme apresenta a gráfico, podemos observar que entre os entrevistados, 43,33% recebem informação pela a família, já e 33,33% recebem informação dos vizinhos, o restante com 23,33% recebe informação de serviços públicos e profissionais.

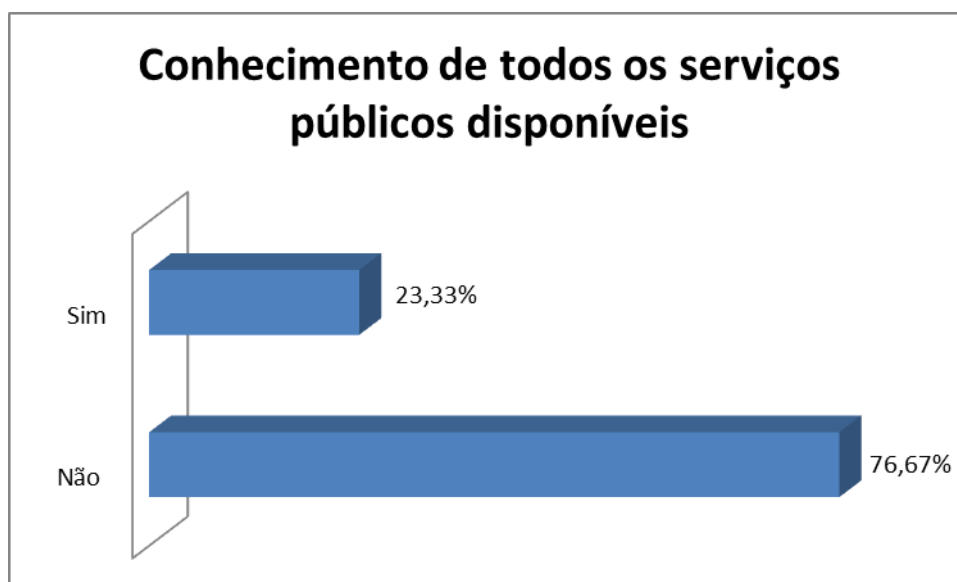


Gráfico 16 Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Com o gráfico 16 pode constatar a falta de conhecimento de todos os serviços públicos disponível nota se que 76,67% não tem conhecimento de todos os serviços disponível. E 23,33% tem conhecimentos de todos os serviços disponível.

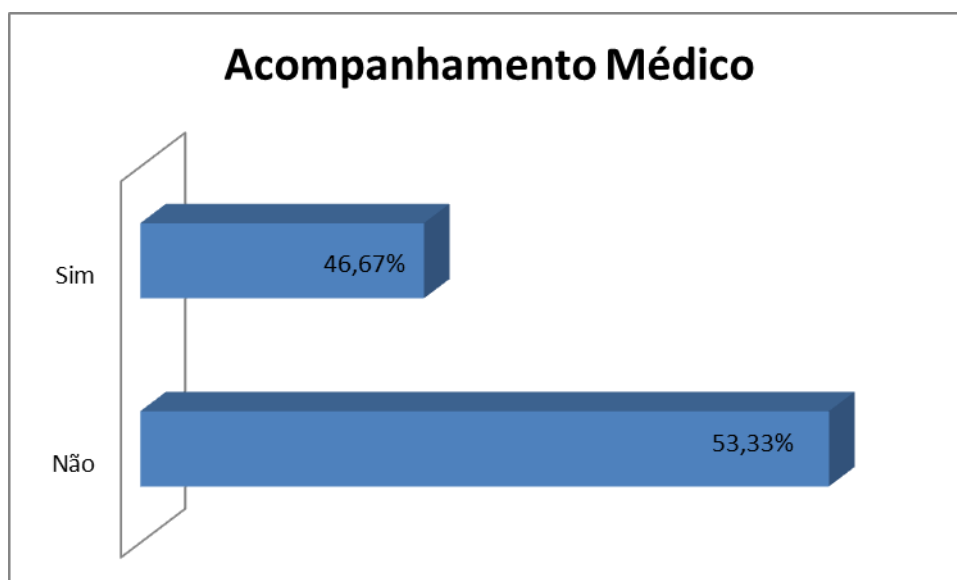


Gráfico 17 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Quanto o acompanhamento médico tem um percentual de 53,33 e não faz acompanhamento, e 46,67 % e diz que faz acompanhamento medico. O Art. 196 da Constituição Federal, lei maior de nosso país, diz: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

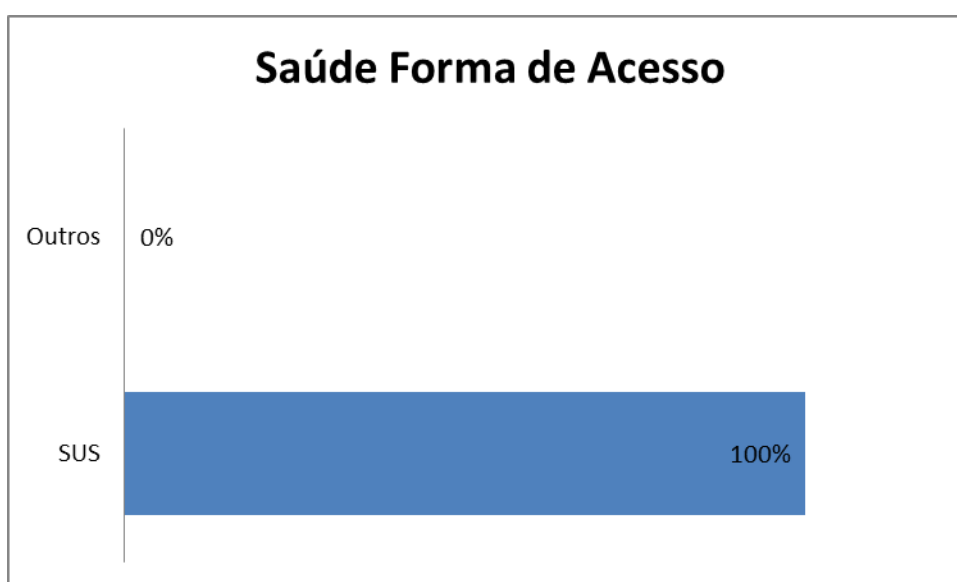


Gráfico 18 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Como podem ser observados 100% das famílias pesquisada tem acesso à saúde pelo SUS Sistema Único de saúde. A saúde é um direito vital, básico e constitucional, esta explicita na constituição federal do Brasil devendo ser gratuita, atendendo às necessidades da pessoa humana. O Sus Sistema Único de Saúde, vigente no Brasil é destinado a todos os cidadãos e é financiado com recursos recolhidos através de impostos e contribuições sociais

pagos pela população, e tem por intuito prestar serviços com qualidade, correspondendo as precisão de cada um, independente do poder aquisitivo do cidadão.

O direito à saúde, está mencionado na Constituição Federal de 1988 que define a Saúde como direito de todos e dever do Estado, indicando os princípios e diretrizes legais do Sistema Único de Saúde (SUS). A Lei nº. 8.080 de 19 de Setembro de 1990. dispõem sobre as características para a promoção, assistência e recuperação da saúde, a coordenação e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. e a lei LEI N. 8.142, de 28 de dezembro de 1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Estas leis regulamentam estes princípios, reafirmando a saúde como direito universal e vital do ser humano.

A saúde é vital, para que o ser humano se desenvolva na educação ou no seu trabalho, portanto, deve estar vinculada aos direitos humanos. O direito à saúde, quando analisado sob a ótica da condição de vida, determina também que a superação das diferenças, envolva a aquisição de alimentos, medicamentos e serviços que sejam seguros, e que apresentem sua qualidade controlada pelos governantes.

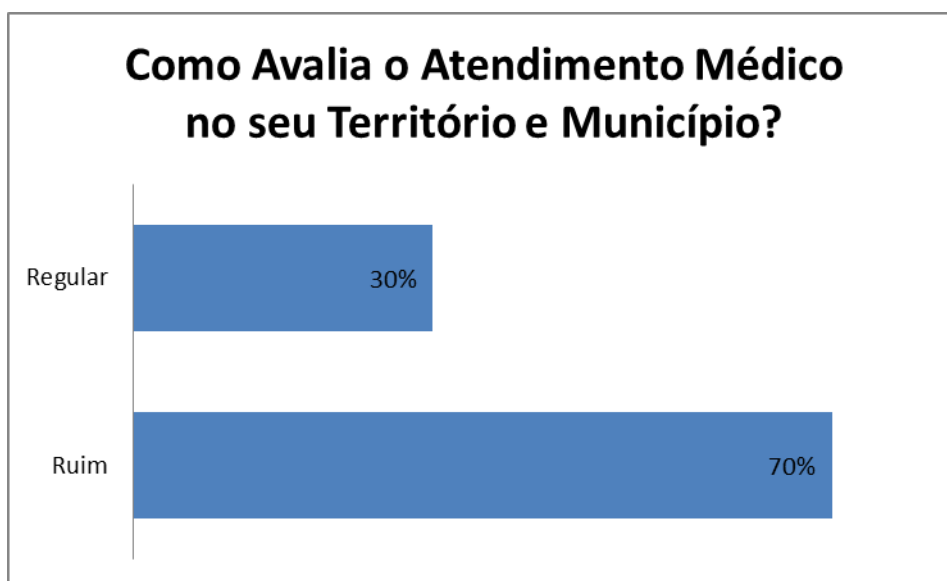


Gráfico 19 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Como pode ser observado a avaliação o atendimento médico no território e município 70% relataram esta ruim por falta de vaga, duvidas não esclarecidas e necessidades não atendidas e 30% relataram está regular. Vale ressaltar dos bairros pesquisados tem um posto de atendimento de UBS (Unidade Básica de Saúde), entente se que por razão da demanda muito grande o serviço acaba sendo efetuado com pouca ou péssima qualidade.

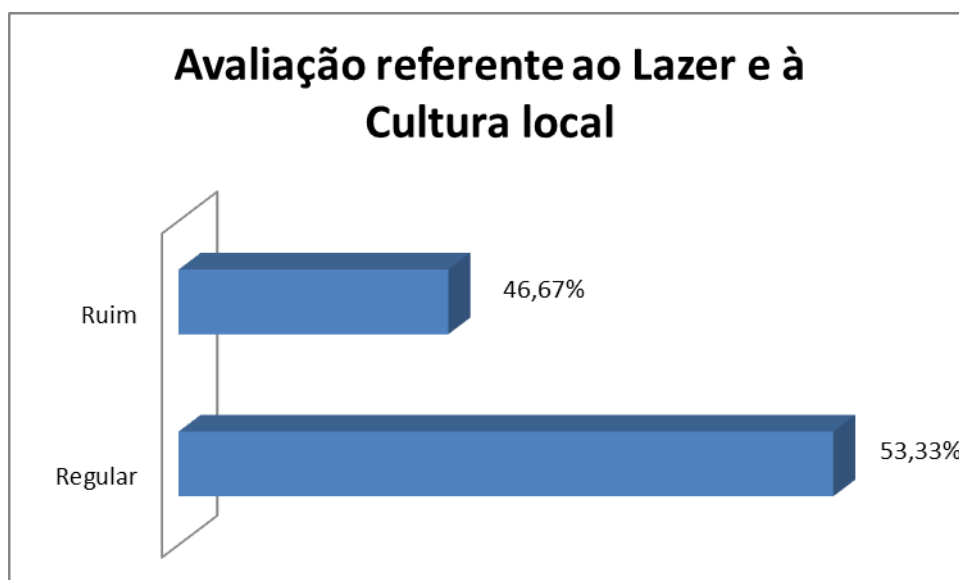


Gráfico 20 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Como nota se nota a avaliação referente ao lazer e á cultura local 53,33% relataram está regular, e 46,67% relataram está ruim. O lazer traz dignidade ao homem, proporcionando um tempo para si, com a família, com amigos e para participar da sociedade. O direito ao lazer é garantido a todos os cidadãos brasileiros na Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 6º, o que estabelece ao Estado, uma ordem para que possa proporcionar a todos o direito ao lazer, permitindo a promoção social e o desenvolvimento saudável e harmonioso de cada pessoa. Para que o trabalhador possa se distrair e relaxar com seus familiares depois de um dia de trabalho. Todo ser humano tem o direito ao lazer, a cultura, a informação, ao conhecimento na sua vida, proporcionando qualidade de vida e tornando sua vida menos difícil e sim mais prazerosa.

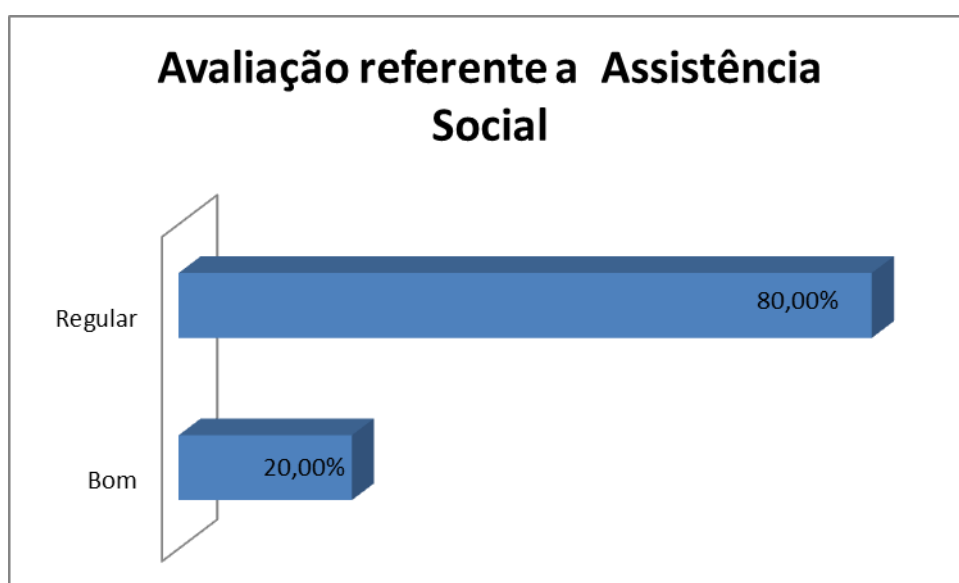


Gráfico 21 – Fonte: Famílias Pesquisadas – Fernandópolis – SP.

Quanto à avaliação referente à assistência social nota-se que é um percentual de famílias com 80% regular. Vale ressaltar que regula para as famílias pesquisadas é quando a concretização da assistência social nem sempre ocorre de forma efetiva por falta de um verdadeiro planejamento e de políticas públicas eficazes. Já com 20% bom, pode entender que as famílias ainda não estão satisfeitas, falta muito para as políticas públicas como instrumento de união e empenho e participação popular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciando as considerações finais neste trabalho de conclusão de curso reafirmando que essa pesquisa teve como objetivo conhecer as famílias referentes do CRAS “Nova Era”, de Fernandópolis/SP, a fim de identificar o perfil das famílias em situação de pobreza ou de desigualdade social seja ela intelectual econômica ou sob qualquer outra forma materializa – se no espaço social, ou seja, torna – se visível na composição estrutural das sociedades, sejam elas rurais ou urbanas. As cidades e os lugares expressam a diferenciação econômica entre as pessoas, que é resultante, muitas vezes, de questões históricas que submetem o cidadão.

Ao percorrer algumas das proposições acerca do que se entende por pobreza, verifica-se que sua definição enquanto insuficiência de renda é amplamente utilizada, mas é incompleta, considerando-se o nível de complexidade das sociedades contemporâneas. Outras proposições acrescentam significados ao conceito de pobreza em direção a uma compreensão multidimensional. Porém, encontram-se dificuldades na sua mensuração e comparação entre países, até mesmo internamente. E como nos programas sociais focalizados é preciso definir quem é ou não pobre, recorre-se, na maioria das vezes, ao critério de renda.

A vida em sociedade exige muito mais que o consumo de bens destinados à sobrevivência física. Ela exige determinados comportamentos de acordo com cada papel social, seja como trabalhador, como pais, vizinhos, amigos. A globalização, por sua vez, além de conectar pessoas em todo o mundo, imprime padrões de vida, enquanto as iniquidades, dentro e entre países, estão aumentando. As diferentes considerações acerca da pobreza levam conseqüentemente, a diferentes ações no contexto das políticas públicas de combate a ela. Enquanto uma abordagem monetária sugere o foco no crescimento econômico ou na redistribuição de renda, a abordagem das capacidades dá ênfase à provisão de serviços públicos, efetivos e de qualidade. Dessa forma, a definição clara do que seja a pobreza em determinada sociedade é importante para o desenvolvimento de políticas que tenham sua redução como foco.

Identificou – se, na literatura que concebe a pobreza a partir da ênfase no caráter econômico, através de uma abordagem que define predominante como uma condição de insuficiência de renda. Desta abordagem surge a concepção de pobreza absoluta e de pobreza relativa. A pobreza absoluta refere – se ao mínimo de renda necessário para a estrita reprodução do indivíduo ou grupo familiar. A partir de 1980, a pobreza passou a ser entendida

como privação relativa e teve como um dos seus principais idealizadores o indiano Amartya Sen.

A partir de 1988 com a constituição federal foi o ponto de partida para as mudanças conforme já citada na pesquisa o Art. 194º da referida lei, a qual também rege no art. 6º os direitos sociais – “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição”, Direitos adquiridos para todos que necessitar.

De acordo com os dados encontrados pude identificar famílias com o desconhecimento de princípios básicos de cidadania que mantém o cidadão cada vez mais distante do acesso aos serviços do estado, os fatores como indigências econômica, falta de acesso a serviços básicos, que reforçam a desigualdades, sendo assim é necessária a superação da pobreza articulando os programas sociais num caráter universalista de atendimento efetivo as famílias que encontram em situação de desigualdade social e pobreza. Um dos maiores desafios para os municípios brasileiros, no caso em especial Fernandópolis/SP é no campo social, ou seja, a necessidade de criação de novas habitações, diminuição da desigualdade social, melhoria na infla – estrutura da saúde e educação e posto de trabalho.

No entanto, famílias com desigualdade social desenvolvem estratégias peculiares de sobrevivência e, assim, em algumas famílias houve o relato de busca de auxílio junto a parentes ou instituição como igreja, ou compartimentos públicos, para alimento, ou por doações acredita – se que a desigualdade social e a pobreza são inerentes ao sistema produção capitalistas, enquanto exploração decorrente do processo gerador de mais valia e da repartição injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais.

A pesquisa demonstrou que uma pequena parcela das famílias tem acesso ao emprego informal e estável, enquanto a maioria vive de trabalhos precários, temporários, subcontratados, bicos por dia. Acredita – se que somente os programas de transferência de renda não são suficientes para superação da condição da pobreza é necessário que esteja associada a outras políticas, estruturada agindo de forma articulada para reduzir as desigualdades sociais.

De acordo com os dados encontrados pudemos identificar famílias com alguma concepção sobre pobreza e desigualdade social. A desigualdade social é o fenômeno em que ocorre a diferenciação entre pessoas no contexto de uma mesma sociedade, colocando alguns indivíduos em condições estruturalmente mais vantajosas do que outros. Ela manifesta-se em todos os aspectos, cultura, cotidiano, política, espaço geográfico e muitos outros, mas é no

plano econômico a sua face mais conhecida, em que boa parte da população não dispõe de renda suficiente para gozar de mínimas condições de vida.

Podemos dizer que a realização desse trabalho de conclusão de curso foi muito importante para mim, pois além de conseguir atingir os objetivos propostos, pude ter um contado direto com as famílias, conhecer melhor o que vem por trás dessa metodologia de trabalho, o que levou a realizar esse trabalho com famílias, quem realmente é o verdadeiro responsável.

Penso que o Serviço Social, com o projeto ético político da profissão, que no qual, devem levar as camadas populares a compreender o espaço em que estão inseridas, fazendo-as analisar e explicar tal realidade pode ter um papel fundamental nesse processo de transformação que a sociedade precisa passar e que os seus profissionais precisam ter mais competência política para intervir e influenciar nas instâncias em que atuam, bem como a denunciar as práticas abusivas frequentemente cometidas pela sociedade capitalista.

É preciso ainda que as instituições e organizações que trabalham com as famílias em situação de pobreza e desigualdade acreditem que ainda é possível transformar a realidade através de reflexão e de uma prática coletiva voltada para a cidadania. É preciso coragem e ter força para novas construções aí sim, penso por fim, que não tem outra saída senão a luta a inclusão e a construção da justiça.

Assim sendo aprende – se como necessário para redução das desigualdades sociais e pobreza no Brasil universalizarem os direitos sociais e estender a todos ao mecanismo da proteção social, bem como discutir as causas estruturais que produzem e reproduzem a pobreza e a desigualdade, cabe ressaltar também que as políticas sócias de âmbito municipal, estadual ou federal têm ganhando cada vez mais espaços nas áreas das ciências sociais e dos chamados campos multidisciplinares do conhecimento.

Sem a pretensão de apresentar algo conclusivo sobre o tema, por que não importa quantos documentos, quantos gráficos e questionários pesquisados o tema sempre vai estar em construção para novos saberes e pesquisa, penso que é preciso ter força para novas e instigantes construções aí, sim, inclusivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, Darana Carvalho de and BURLANDY, Luciene. **Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias**. Rev. katálysis [online]. 2010, vol.13, n.2, pp. 201.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento o Social e Combate à Fome**. Secretaria Nacional de Assistência Social – Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília, 2005.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social – Loas**. Lei 8742, de 07.12.1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm. acesso em 03 de junho de 2015.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CAMARA CONSTITUINTE DE FERNANDOPÓLIS. Fernandópolis 05 de abril de 1990. Lei Orgânica do Município de Fernandópolis.

ATKINSON, A.B. **Poverty**. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). **Social Economics**. New York: London, 1989

AZEVEDO, Darana Carvalho de and BURLANDY, Luciene. **Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias**. Rev. katálysis [online]. 2010, vol.13, n.2, pp. 201.

BORGES, Ângela e Kraychete, Elsa Sousa. **Mercado de Trabalho e Pobreza: discurso e evidências na trajetória brasileira recente**. Caderno CRH, Salvador, v. 20, n. 50, p. 231-243, Maio/Ago. 2007.

BARROS, Ricardo Paes de.; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. In HENRIQUES, Ricardo [org] **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p.21.

AZEVEDO, Darana Carvalho de and BURLANDY, Luciene. **Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias**. Rev. katálysis [online]. 2010, vol.13, n.2, pp. 201.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Ed. Abril, 1988, p.14.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social**. NESPI nº 1. São Paulo: PUCSP, 1994.

Gil, Antônio Carlos, 1946 - **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 65.

MERCADANTE, Elisabeth F. A velhice: a identidade estigmatizada. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 75. São Paulo: Cortez, outubro 2003

ROCHA, S. **Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda**. São Paulo: Contemporânea. 2005.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13 ed. São Paulo, Cortez, 2007.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras 2000.

ANEXO



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS – FEF
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - 2015

QUESTIONÁRIO

1 – Sexo: () Feminino () Masculino.

2 – Faixa Etária: () 30 à 40 () 45 à 55 () 60 à 80

3 – Escolaridade: () Analfabeto () Ens. Fund. Incompleto

4 – Caracterização Familiar?

() Patriarcal (Chefiada Por Homem).

() Matriarcal (Chefiada Por Mulheres).

() Democrática (O Casal).

5 – Condição de Moradia?

() Própria.

() Alugada.

() Cedida.

6 - Estado Civil?

() Viuvo/ a Divorviado/a

() União Estavel

() Casado/a

7 – Número de Residentes?

() 2 à 4

() 4 à 6

() 7 à 9

8 - Água encanada?

() Sim

() Não

9 – Saneamento Básico?

☐ Sim

☐ Não

10 – Eletricidade?

☐ Sim

☐ Não

11 – Trabalha Atualmente?

☐ Sim

☐ Não

12 – Vínculo Empregatício?

☐ Sem emprego fixo.

☐ Informal / com emprego fixo Informal.

☐ Formal/ com registro em carteira.

13 – Programa Sociais ou Benefício Assistenciais Inseridos?

☐ Viva Leite

☐ BPC Idoso

☐ BPC Deficiente

☐ Bolsa Família

14 – Principais Dificuldades de Acesso aos Serviços?

☐ Não Há dificuldade

☐ Distancia/ dificuldade de Locomoção

15 – Meio de Obtenção das Informações Referente ao acesso dos Direitos?

☐ Vizinhos

☐ Família

☐ Serviços Públicos, e profissionais

16 – Conhecimento de todos os Serviços Públicos?

☐ Sim

☐ Não

17 – Acompanhamento Médico?

☐ Sim

☐ Não

18 – Acesso ao Lazer e à Cultura?

☐ Sim

☐ Não

19 – Avaliação Referente ao Lazer e à cultura local

☐ Regular

☐ Bom

20 – Conhecimento em Relação as Atribuições da Assistência Social?

☐ Sim

☐ Não

21 – Como Avalia a Assistência Social no seu Território?

☐ Ruim

☐ Regular

☐ Bom

22 - Saúde Forma de Acesso?

☐ SUS

☐ Convenio

23 – Como Avalia o Atendimento Medico no seu Território e Município?

☐ Ruim

☐ Regular

☐ Bom



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS – FEFCURSO DE SERVIÇO SOCIAL - 2015

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Expliquei a natureza, objetivos, riscos e benefícios e forma de obtenção de dados. Coloquei-me a disposição da pessoa para perguntas e esclarecimentos. A pessoa compreendeu totalmente as minhas explicações e deu seu consentimento livremente.

Avaliadores responsáveis:

Data: _____ / _____ / _____ .

Fabíola R. Falcoski

Daniela Lourenço dos S Magalhães



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE FERNANDÓPOLIS – FEF

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL - 2015

FEF –Fundação Educacional de Fernandópolis

Av. Teotônio Vilela, s/n Câmpus Universitário

Fernandópolis – SP – Brasil

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Fernandópolis, 04 de Novembro de 2015

Eu, _____, RGº _____, autorizo através deste documento a aluna do curso de serviço social do 8º semestre, no exercício de sua devida profissão e da Ética que lhe são atribuídas fazer uso deste material para fins estritamente científicos.

Por ser verdade firmo o presente na forma da lei.
